



NÔ PINTCHA

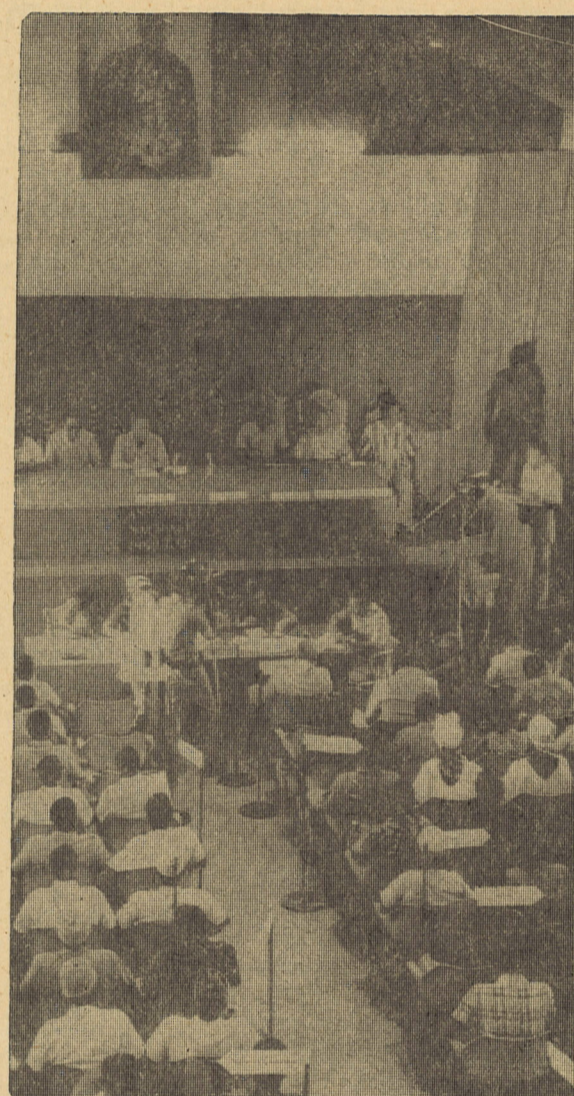
ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU

ESTA A DECORRER A 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR



Aspectos da cerimónia de abertura da II Sessão Ordinária da Assembleia Nacional Popular.



HOJE: "NÔ PINTCHA"
NA ASS. NAC. POPULAR

As intervenções
dos camaradas

LUIZ CABRAL P. 6

NINO VIEIRA P. 5

M. TROVOADA P. 4

J. FERNANDES P. 4

Miguel Trovoada em Bissau:

**AS DUAS DELEGAÇÕES
ANALISARAM
A NECESSIDADE
DE REESTRUTURAR
E DINAMIZAR
A C. O. N. C. P.**

O camarada Miguel Trovoada, membro do Bureau Político e do Secretariado Executivo do MLSTP e Primeiro-Ministro da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, e o camarada Francisco Mendes, membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta e Comissário Principal do Conselho de Comissários da República da Guiné-Bissau, assinaram ontem de manhã um comunicado conjunto que sintetiza a visita da delegação saotomense ao nosso país, que se prolongou desde segunda até sexta-feira.

O documento foi assinado poucas horas antes da partida da delegação, para Cabo Verde, e dá conta das conversações efectuadas entre os representantes saotomenses e as autoridades do nosso país, com o fim de «reforçar os laços especiais e históricos que existem entre os dois povos e estudar as novas atribuições e estruturas a dar à CONCP na consolidação das independências e na reconstrução nacional».

(Continua na página 12)

(Continua na página 2)

**"O que nós fizemos ninguém fará no futuro,
porque construimos a História
com as nossas próprias mãos"**

— CAMARADA LUIZ CABRAL NA ABERTURA SOLENE DOS TRABALHOS

Em mais uma jornada histórica da vida do nosso Povo e do nosso Partido, foi solenemente inaugurada anteontem à tarde a segunda sessão ordinária da Assembleia Nacional Popular, cujos trabalhos estão agora a decorrer em Bissau.

Durante a cerimónia de abertura, o camarada Presidente do Conselho de Estado pronunciou um discurso, de improviso, de mais de três horas, em que fez uma análise da acção governativa deste último ano, referindo-se aos esforços realizados já no sentido do progresso e desenvolvimento da nossa terra e falando das largas perspectivas que se abrem ao nosso Povo, na luta pela completa independência.

Eram precisamente 16 horas quando o Presidente Luiz Cabral e o camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente da Assembleia Nacional Popular, acompanhados por outros dirigentes da nossa terra e pelo Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe,

camarada Miguel Trovoada (que se encontrava a visitar o país), chegaram ao local onde se ia efectuar a cerimónia da abertura solene da Assembleia, a sala de cinema da Basé Aérea de Bissalanka, em Bissau.

Saudados à entrada por

centenas de jovens da JAAC, os nossos dirigentes tomaram os seus lugares, por entre alas de pioneiros do Partido, que entoaram o Hino do Pioneiro e gritavam vivas à Assembleia Nacional Popular e ao Partido.

Na mesa da presidência da

Assembleia, por detrás da qual se via uma enorme fotografia do nosso saudoso dirigente, camarada Amílcar Cabral, e uma gigantesca bandeira do P.A.I.G.C., encontravam-se o Presidente Luiz Cabral, o Presidente da A.N.P., camarada Nino Vieira, o Primeiro-Ministro da República Democrática de S. Tomé e

NO PRÓXIMO NÚMERO

- ★ "NÔ PINTCHA" ENTREVISTA MIGUEL TROVOADA
- ★ INAUGURADA EM BISSAU EXPOSIÇÃO SOBRE LÉNINE

O camarada Abílio Duarte chegou a Bissau para contacto com a Direcção do Partido

Para contactos com a Direcção do nosso Partido, chegou ontem a Bissau o camarada Abílio Duarte, membro do Comité Executivo da Luta, ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde e Presidente da Assembleia Nacional Popular do país irmão.

Recebido no aeroporto pelo camarada João Bernardo Vieira (Nino), membro do Secretariado Permanente do CEL, Comissário das Forças Armadas e Presidente da nossa Assembleia Nacional Popular, Abílio Duarte declarou à nossa reportagem que assistirá a algumas sessões de trabalhos da reunião da Assembleia, que decorre em Bissau.



As duas delegações reafirmaram a necessidade de reestruturar e dinamizar a C.O.N.C.P.

(Continuação da 1.ª pág.º)

O camarada Miguel Trovoada, que esteve entre nós acompanhado dos camaradas Raúl Bragança, Comissário Político Nacional adjunto e membro da Assembleia Nacional, e Celestino Costa, secretário de Estado da Justiça, visitou não só a cidade de Bissau, (onde assistiu à abertu-

tura solene da Assembleia Nacional Popular), mas também Mansoa, Morés e Farim, onde foi calorosamente recebido pela população e pelos responsáveis locais.

Na nossa capital, o Primeiro-Ministro de S. Tomé foi recebido pelo camarada Presidente Luiz Cabral, com quem conver-

Terminou a visita de Miguel Trovoada

• Chico Té visitará S. Tomé

sou demoradamente «sobre as relações entre os dois Partidos e Estados e os problemas da actualidade africana e internacional». O comunicado salienta que durante as conversações «foram trocadas impressões sobre os problemas com que se confrontam os dois povos nesta fase de reconstrução nacional, e sobre a possibilidade de harmoni-

zar melhor a cooperação entre os dois Estados».

DESENVOLVER A COOPERAÇÃO

Este aspecto viria a ser aprofundado na reunião com os membros do CEL e do Governo, na qual as duas delegações se informaram mutuamente sobre a situação política, económica e social nos respectivos países.

No que respeita à CONCP, o documento sublinha que as duas delegações «reafirmaram a necessidade de reestruturação e dinamização dessa organização unitária, com vista à materialização do desejo inequívoco dos povos representados no seu seio, de reforçarem e consolidarem os seus laços tradicionais de amizade e cooperação militante e garantirem mais eficazmente a realização integral dos objectivos das suas organizações e a luta de libertação nacional: independência total e consolidação da independência».

Para esse efeito, as duas delegações concordaram na realização em São Tomé, em data a fixar, de um encontro de ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros, que preparará a reunião dos Chefes de Estado,

Foi abordada também a necessidade de desenvolver, entre os países membros da CONCP, os meios de comunicação, com vista a estreitar cada vez mais os laços entre esses países.

A delegação saotomense teve igualmente uma sessão de trabalho com o Comissário de Estado do Comércio e Artesanato, durante a qual foi abordada a necessidade de cooperação entre os dois Estados naquele domínio.

Segundo o comunicado conjunto, as duas delegações «reafirmaram o seu apoio total aos movimentos de libertação nacional, a sua adesão incondicional aos princípios de não-alinhamento, da Carta da Organização da Unidade Africana e da Organização das Nações Unidas».

O camarada Primeiro-Ministro da República de São Tomé e Príncipe convidou o camarada Comissário Principal a visitar aquele país, convite que foi aceite, devendo a data ser fixada ulteriormente.

RESPONDE O POVO

O QUE ACHOU DO DISCURSO DO CAMARADA PRESIDENTE?

A reunião da Assembleia Nacional Popular, um acontecimento de importância transcendente na nossa vida, teve início anteontem em Bissau, com uma sessão solene que ficou profundamente marcada pelas palavras do camarada Presidente Luiz Cabral que, num discurso de cerca de três horas, fez uma análise exaustiva sobre a situação política, económica e social no nosso País. Dada a importância desse acontecimento, saímos à rua para perguntar a opinião do povo sobre as palavras do camarada Presidente.

SIMÃO LOPES
(alfaiate)

«A abertura solene da Assembleia Nacional Popular marcou um acontecimento de grande importância na nossa vida. Durante a sua intervenção de cerca de três horas, o camarada Presidente Luiz Cabral foi muito claro na discricção das actividades para o futuro desenvolvimento do nosso país».

BRAIMA DJAUARÁ
(motorista de táxis)

«A intervenção do camarada Luiz Cabral na

abertura da Assembleia foi muito bem construída, bem como a enumeração das necessidades do nosso desenvolvimento: a elaboração de novas leis e melhoramento das nossas condições, como por exemplo, através da criação de uma companhia de transportes. Através do camarada Presidente ficámos a saber que vão ser mudados os deputados e, como esse acto deve basear-se na opinião do povo, digo que estou de acordo com essa medida.

«O camarada Presidente também referiu que há gente que considera os lavradores como as pessoas mais «coitadas». Se há pessoas que dizem isso, são aqueles que têm poucos conhecimentos da nossa realidade, na medida em que a agricultura é o campo da nossa maior riqueza. Portanto, os lavradores devem ser integrados na sociedade, como quaisquer outros trabalhadores.

«Não quero falar de assuntos pessoais, mas acho que o nosso Estado deve providenciar quanto à questão do desemprego, atendendo às suas possibilidades».

M'BANA NAFAMBA
(Militar)

A abertura solene da Assembleia foi uma coisa muito boa. O camarada Luiz Cabral fez um balanço das actividades de todos os departamentos do nosso Estado e prænunciou a adopção de importantes leis novas. Esses esclarecimentos são bastante importantes para nós, particularmente: a possibilidade de construção de centrais hidroeléctricas no Corubal e noutros pontos; a importante descoberta, pelos médicos suecos, de que em 100 crianças nascidas, mais de trinta não chegam à idade de um ano, e o desenvolvimento da nossa cultura, no que respeita à arte bijagó e nalú.

«Outra coisa que também acho muito importante no seu discurso é a discricção do ramo sanitário, onde ainda estamos atrasados. O camarada Presidente apelou aos responsáveis regionais para que intensificassem o esclarecimento junto das populações, sobre o perigo do uso dos biberões, porque o leite materno é mais seguro para a alimentação das crianças».

NO PINTCHA

Orgão do Commissariado de Estado de Informação e Turismo
Trissemestral Nacional de Informação

Sai às Terças, Quintas e Sábados

Preço: 2\$50

Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade: 3726

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400\$00

6 meses 250\$00

Outros Países Africanos

e Portugal

1 ano 500\$00

6 meses 300\$00

Serviços de Distribuição

e Vendas de «NO PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — «MODERNA» Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

AMANHÃ — «CENTAAL» Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

SEGUNDA-FEIRA — HIGENE Rua António N'Bana, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes:

Banco — 2886/2887

Bombeiros — 2222

Polícia:

1.ª Esquadra — 3333

2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2800

Rádiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4 (TAG-B)

TAP — 3991/3

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7 às 17 horas)

Assistência à rede eléctrica - 2414

(das 16 às 24 horas)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSÕES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIÁRIOS:

As 7, 13, 15, 17, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA:

As 18,45 horas.

CINEMA

Hoje e amanhã — As 18,30 horas

«OS DEZ GLADIADORES» m/10 anos e às 20,45 horas «JOHNNY HAMLEY» m/18 anos.

Segunda-feira — As 20,45 horas «GRANDEDITADOR» m/10 anos.

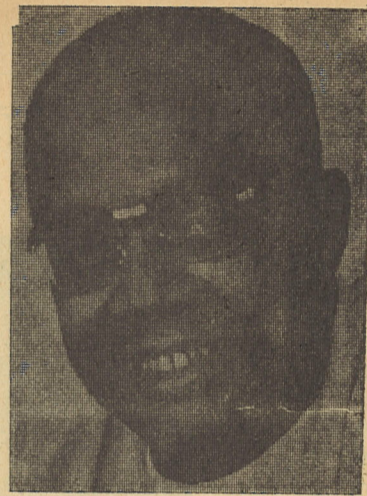
Assembleia Nacional Popular

Presidente da Assembleia Nacional Popular camarada João Bernardo Vieira (Nino)



dinária da primeira Legislatura da nossa Assembleia Nacional Popular. Assim sendo, é correcto que se faça, neste momento, embora muito resumidamente, o balanço das actividades desenvolvidas pela nossa Assembleia durante este período.

Como os camaradas estão recordados, foi a 23 de Setembro de 1973, na região já então livre do Boé, que teve lugar a sessão inaugural da 1.ª e histórica Assembleia Nacional Popular, no quadro da nossa heróica luta armada de libertação nacional, a qual no dia seguinte, a 24 de Setembro, proclamou a independência do nosso Estado soberano, aprovou a sua lei básica —



Amílcar
Cabral

Melhorar cada dia mais a assistência sanitária

«Devemos melhorar cada dia mais, nas nossas regiões libertadas, a assistência sanitária. Durante um certo tempo, no Norte e no Sul da nossa terra, houve camaradas que trabalharam muito para avançar com os nossos serviços de saúde e avançaram de facto bastante e criaram boas raízes para os nossos serviços de saúde. Fizeram-se hospitais na medida do possível, postos sanitários, foram criadas brigadas sanitárias. Além da assistência aos nossos combatentes, que é o principal objectivo da nossa assistência sanitária porque estamos em guerra, começamos a dar assistência à nossa população. E então uma grande surpresa surgiu para muitos dos nossos camaradas, que diziam que o nosso povo não quer doutores, não quer «mézinho de branco», o nosso povo só quer «mézinho de terra», só quer «djambacós» ou mouros. O nosso povo mostrou que isso é mentira, o nosso povo aceitou os médicos, interessou-se pelos médicos e pelas enfermeiras. Mostrou tanto interesse, amizade e estima pelos médicos, que o nosso povo começou a dar aos seus filhos os nomes dos médicos, os nomes daqueles médicos estrangeiros que vieram ajudar-nos. Essa foi uma grande revelação para aqueles camaradas que pensavam que o nosso povo quer atrazo em vez de progresso. Não, o nosso povo quer é avanço, como todo e qualquer povo do mundo.

Isso não quer dizer que não haja gente na nossa terra, que quer o seu «djambacós», que quando se lhe dá um medicamento por um lado, por outro lado vai fazer o seu tratamento da terra. Até alguns responsáveis do Partido, que têm um grande hospital em Boké para se tratarem, que têm bons enfermeiros e médicos para os tratarem, às vezes dizem-me: Cabral, eu quero ir fazer «mézinho da terra».

Ainda estamos nessa situação, vamos fazer isso. Mas a verdade é que, cada dia mais, o nosso povo está a entender que os médicos, os enfermeiros, têm grande importância para a sua vida, e têm salvo a vida a muitos filhos da nossa terra, mesmo sem serem combatentes. Mas temos que melhorar o nosso trabalho de saúde, camaradas, temos que fazer os nossos enfermeiros e enfermeiras trabalhar mais, temos que dar exemplo, seja no hospital de Boké, seja nos hospitais dentro da terra, em qualquer lado. Os nossos enfermeiros e médicos têm que trabalhar mais que os médicos estrangeiros que nos ajudam. Temos que melhorar a distribuição de medicamentos, temos que poupar os medicamentos e temos que ter carinho pelos doentes, pelos feridos. Isso deve ser vigiado, controlado, pelos nossos comités de zona, pelos nossos comités Inter-Regionais. Devemos exercer um controle permanente, sobre o trabalho dos serviços de saúde e dos serviços de instrução.

Camaradas, para melhorarmos de facto as nossas áreas libertadas, temos que ser capazes desde agora, de estabelecer um princípio e uma prática que pode levantar muito o nosso povo e que é o seguinte: Vamos quem é capaz de fazer melhor, na amizade, na estima e na colaboração. Quer dizer, devemos estabelecer no nosso meio, aquilo a que se chama emulação construtiva, quer dizer, concorrência, mas para o bem, não para a nossa barriga, mas para servirmos o nosso Partido, o nosso povo. Tu e eu, nós trabalhamos num ramo qualquer, que é de nós os dois. Eu ajudo-te, tu ajudas-me, mas vamos procurar fazer cada um o mais que puder. E aquele que fizer mais, devemos levantá-lo bem alto, mas sem inveja, sem puxa-puxa, sem dar com o cotovelo no outro.»

“Sentimento unânime dos deputados do povo de fidelidade ao pensamento de Amílcar Cabral”

Abrindo a segunda sessão ordinária da Assembleia Nacional Popular, o seu Presidente, camarada João Bernardo Vieira (Nino), pronunciou o seguinte discurso:

Camarada Presidente do Conselho de Estado

Camarada Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro da República irmã de S. Tomé e Príncipe

Camarada Comissário Principal Ilustres camaradas Deputados da Assembleia Nacional Popular da República irmã de Cabo Verde

Senhores Embaixadores

Camaradas Deputados

Camaradas,

Cabe-me, ao abrirmos a nossa sessão, transmitir uma saudação calorosa e militante ao nosso Conselho de Estado e, em primeiro lugar, ao camarada Luiz Cabral, seu Presidente e Secretário-Geral-Adjunto do Partido, exprimindo-lhe o sentimento unânime dos deputados do nosso povo, de fidelidade ao pensamento do nosso dirigente imortal, camarada Amílcar Cabral, militante n.º 1 do PAIGC e Fundador da Nacionalidade, do qual a Direcção do nosso Partido é fiel intérprete e o nosso Conselho de Estado tem sido fiel executante na nossa terra hoje livre e independente. Queria igualmente pedir ao camarada Secretário-Geral-Adjunto que transmita, no momento em que nos reunimos de novo, a saudação da nossa Assembleia ao camarada Secretário-Geral Aristides Pereira, para o qual vão os nossos protestos de respeito militante e a reafirmação da nossa fidelidade.

Ao iniciarmos os nossos trabalhos, quero também, em nome da nossa Assembleia Nacional Popular e de todo o nosso povo, saudar o nosso ilustre camarada Miguel Trovoada, membro do Bureau Político e do Secretariado Executivo do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) que, de visita à nossa terra livre e totalmente in-

dependente não quis, deixar de, com a sua brilhante e fraterna presença a esta sessão, marcar o sentimento de unidade que informa as relações entre os nossos países e povos. Ao camarada Miguel Trovoada e à ilustre delegação que o acompanha, apresentamos a expressão sincera do nosso melhor agradecimento, reafirmando a determinação da nossa Assembleia e de cada um dos eleitos do nosso povo de agir constantemente no sentido da realização dos altos objectivos que nos uniram no seio da CONCP e mobilizaram os nossos povos no mesmo combate contra o odioso colonialismo português e contra o imperialismo.

Desejamos igualmente dirigir uma saudação especial aos nossos camaradas e irmãos da República de Cabo Verde e manifestar-lhes a nossa grande satisfação pela sua honrosa presença nesta sala, neste momento decisivo da nossa vida comum, em que preparamos a tomada da decisão histórica que levará à concretização do objectivo supremo do nosso glorioso Partido, o PAIGC: a unidade Guiné-Cabo Verde.

Também exprimimos aos nossos camaradas Deputados a grande alegria que sentimos por nos vermos reunidos nesta sala, onde iremos dispensar todo o nosso esforço militante no estudo, na análise e na discussão dos problemas submetidos à nossa apreciação, na certeza de que daremos o melhor de nós mesmos para podermos encontrar as soluções mais justas e mais conformes aos superiores interesses do nosso povo e da causa da construção do progresso na nossa terra, ao serviço da África e da Humanidade.

Camaradas,

Esta será a última sessão or-

da 1.ª Constituição da República da Guiné-Bissau —, e dotou o nosso país independente do seu primeiro executivo — o Conselho dos Comissários de Estado.

Neste momento, não podemos deixar de recordar o nome do nosso inesquecível camarada Amílcar Cabral, militante n.º 1 do PAIGC e Fundador da nossa Nacionalidade, arquitecto da estratégia genial que pusemos em marcha na jornada histórica de 24 de Setembro de 1973, de toda esta obra gigantesca que temos a responsabilidade de fazer avançar. Foi, com efeito, Amílcar Cabral que, na sua brilhante visão política baseada numa análise correcta da situação real que então vivíamos, concebeu a ideia de pôr à disposição do nosso povo e nas suas próprias mãos, mais um instrumento de luta de extrema importância política, tanto no plano nacional como no internacional — a sua Assembleia Nacional Popular.

Já depois da nossa terra livre e totalmente independente teve lugar em Bissau, no salão Abel Djassi, no Palácio da República, a primeira sessão ordinária da nossa Assembleia que adoptou algumas decisões de grande valor, que marcarão a nova fase da nossa vida e da nossa luta. De entre elas queremos referir:

- Uma lei sobre a integração dos solos no domínio do Estado;
- A lei que define o Estatuto do Combatente da Liberdade da Pátria;
- A lei que pune os traidores e determina a perda a favor do Estado dos bens por eles adquiridos ao preço do sangue e das lágrimas do nosso povo;
- A lei que criou o Museu da Luta de Libertação;
- A lei que criou o Imposto de Reconstrução Nacional, isentando do pagamento do

(Continua na página 8)

Camaráda João Bernardo Vieira (Nino)

(Continuação da página 3)

mesmo as martirizadas populações das antigas áreas libertadas,

e diversas outras leis que puseram termo à existência de estruturas criadas e mantidas anteriormente pela potência colonial, como instrumentos da sua política desumana de opressão e exploração.

Camarádas,

Nesta sessão de trabalhos, a última da primeira Legislatura, uma grande e decisiva tarefa espera a nossa Assembleia Nacional Popular, a qual se debruçará sobre uma importante ordem de trabalhos, em que se inscrevem, nomeadamente:

— A apreciação de um ano decisivo de actividade do Governo, no plano interno e internacional;

— A apreciação de um projecto de Lei da Nacionalidade e de diversos outros projectos de diplomas que introduzem soluções revolucionárias no campo do Direito de Família;

— Quero ainda referir o projecto de lei estabelecendo as modalidades do acto eleitoral para a próxima Legislatura e o projecto de um Regimento para a Assembleia Nacional Popular.

Para além de tudo isso, teremos também que discutir e tomar decisões sobre questões importantes no plano constitucional, de modo a ajustar a nossa Lei Fundamental à realidade actual da nossa Pátria livre e totalmente independente.

Temos, portanto, à nossa frente, alguns dias de intenso e duro trabalho. Conhecendo, entretanto, a capacidade de que uns e outros deram provas nas horas difíceis mas gloriosas da nossa luta, a dedicação sem limites de todos à causa do nosso Partido — o PAIGC — e a fidelidade tradicional da nossa Assembleia aos reais interesses do nosso povo, temos a certeza de que vamos, mais uma vez, cumprir a nossa missão.

É, pois, com certeza da dedicação de todos à obra que estamos a prosseguir e com a certeza da vitória final do nosso povo na luta que travamos nesta fase da nossa vida, que declaro aberta a 2.ª sessão ordinária da 1.ª Legislatura da Assembleia Nacional Popular.

Viva a Assembleia Nacional Popular!

Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde!

O PRIMEIRO-MINISTRO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, CAMARADA MIGUEL TROVOADA



"Para os Partidos e Povos das ex-colónias portuguesas o PAIGC continua a ser o guia e o exemplo"

Durante a sessão inaugural da Assembleia Nacional Popular o Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe, camarada Miguel Trovoada, pronunciou o seguinte discurso:

Camaráda Secretário-Geral adjunto do PAIGC e presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau; camarada presidente da Assembleia Nacional Popular; camarada vice-presidente do Conselho de Estado; camarada Comissário Principal e responsáveis do Partido e do Estado da Guiné-Bissau; camaradas membros da Assembleia Nacional Popular; excelências, camaradas militantes; senhoras e senhores: «É para mim uma grande honra poder dirigir-me hoje aos dignos representantes eleitos do povo da Guiné-Bissau. A emoção particular com que o faço, é a expressão fiel dos sentimentos que me habitam desde que puz os pés e pela primeira vez, na segunda-feira passada, nesta terra mártir nesta terra heroica que para nós, santomenses, é o símbolo da resistência popular contra a opressão e da coragem e determinação de um povo na luta pela reconquista da dignidade humana e reafirmação dos seus valores nacionais.

Dou graças ao acaso que fez com que, durante a visita de amizade e de trabalho que efectuamos neste momento na República Irmã da Guiné-Bissau, tivéssemos a oportunidade de assistir a este acto

grandioso que é a abertura solene da Sessão Ordinária da Assembleia Nacional Popular.

Permitam-me que aproveite esta circunstância para transmitir em nome do MLSTP, do Governo e do povo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, as mais calorosas e fraternais saudações revolucionárias, ao PAIGC, ao Governo e ao valoroso povo da República da Guiné-Bissau.

Gostaria mais particularmente de exprimir aos camaradas membros da Assembleia Nacional Popular aqui presentes, os sentimentos de amizade, de fraternidade e de solidariedade militante dos membros da nossa Assembleia Nacional Popular, de que eu e os camaradas que me acompanham, fazemos parte. Gostaria também de dizer aos camaradas deputados, como grande é a admiração do povo de S. Tomé e Príncipe, pelo trabalho que têm estado a realizar, em condições tão difíceis que faz com que a sua acção no presente tenha o mesmo cunho de heroísmo que ele revestia no passado.

Camarádas! Nós, em S. Tomé e Príncipe, seguimos com atenção e interesse justificados, desde os tempos mais remotos, as diversas fases da luta de libertação do povo do Guiné-Bissau. Com igual

atenção e interesse seguimos hoje o esforço deste povo pela sua reconstrução nacional e por aquilo que nos foi possível observar durante a nossa curta estada neste país, podemos afirmar que o PAIGC continua a ser, para os partidos e povos das ex-colónias portuguesas nesta fase inicial do difícil processo de reconstrução nacional o guia e o exemplo que fora, durante a cruzada não menos difícil da libertação nacional.

Nós conhecemos o papel fundamentalmente da Assembleia Nacional Popular nesta fase nova. Sabemos que a sua tarefa é extremamente árdua. Mas, tendo em conta o caminho percorrido desde a eleição heroica e histórica desta Assembleia e os marcos gloriosos nele implantados a partir de 24 de Setembro de 1973, em Madina do Boé, estamos confiantes nos resultados que serão alcançados pelo vosso trabalho. E é por esta profissão de fé que eu queria terminar dizendo aos camaradas que, não há força nenhuma no mundo capaz de reter a vontade de um povo quando ele está determinado a vencer; assim nos ensinou Amílcar Cabral, cujo pensamento é a bíblia sagrada de todos os revolucionários do mundo, de todos os combatentes pela liberdade, democracia, justiça e paz. A luta continua».

Mensagem de cooperantes portugueses

De entre as numerosas mensagens dirigidas à Assembleia Nacional Popular, de todos os pontos da nossa terra, foi lida ontem, entre outras, a seguinte, de um grupo de cooperantes portugueses:

«À Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau: Por ocasião desta 3.ª reunião da A.N.P. da República da Guiné-Bissau, nós, cooperantes portugueses comunistas, não podemos deixar de recordar com emoção a

1.ª reunião de 1973, que proclamou o Estado independente da Guiné-Bissau, vindo assim coroar os êxitos do combate heroico do vosso Povo, nosso irmão de luta, contra o colonial-fascismo, português.

Hoje queremos aqui deixar expressa a nossa fraternal saudação aos deputados, a esta Assembleia e através dela a todo o Povo da República da Guiné-Bissau.

Desejamos o maior êxito nos trabalhos deste ano que, estamos cer-

tos, serão mais um passo em frente no caminho da Independência Nacional, da Paz e do Progresso do Povo da Guiné-Bissau.

A luta continua!
Viva a A.N.P. da Guiné-Bissau!
Viva o P.A.I.G.C.!
Viva o Povo da Guiné-Bissau!

Viva a Amizade e Solidariedade entre o povo português e o povo da Guiné-Bissau!»

CABO VERDE: MENSAGEM DE UNIDADE

O camarada José Luiz Fernandes (Djédjé), membro da Comissão Nacional do P.A.I.G.C. em Cabo Verde, deputado da Assembleia Nacional Popular do país irmão e membro do Conselho de Unidade, fez a seguinte intervenção, durante a sessão solene de abertura da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau:

Camaráda Secretário-Geral - Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau

Camaráda Presidente da ANP
Camaráda Primeiro-Ministro da República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Camaráda Comissário Principal Representantes do Corpo Diplomático

Camarádas Deputados
Camarádas e compatriotas

Antes de tudo, queríamos em nome da ANP de Cabo Verde saudar a ANP da República irmã e através dela o povo heróico da Guiné-Bissau, formulando votos para que o desenrolar dos trabalhos que hoje vão ter início correspondam ao mandato que o povo vos confiou.

A nossa presença aqui, como representantes da ANP de Cabo Verde não assume nenhum carácter especial pois, ela está de acordo com um princípio elementar e básico da vida dos nossos povos — o princípio de Unidade Guiné-Cabo Verde — materializado já ao longo de anos de luta comum conduzida pela nossa vanguarda única, o glorioso PAIGC, e cuja consolidação e expressão orgânica é a tarefa actual mais importante dos nossos dois órgãos Supremos de Soberania — A ANP da Guiné e a ANP de Cabo Verde.

Previu a Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde a elevação de uma Comissão da ANP que, para além de elaborar o projecto da tegrará com uma congénere da ANP da Guiné-Bissau a ser eleita. O Conselho de Unidade Gui-

(Continua na página 5)

João da Costa regressou de Cuba

Regressou ontem a Bissau o camarada João da Costa, membro do CSL do Partido e Comissário de Estado da Saúde, que a convite do Governo Revolucionário de Cuba visitou durante cerca de três semanas aquele país.

Em próxima edição, publicaremos uma entrevista concedida ao «Nô Pintcha» pelo camarada João da Costa.

da Assembleia Nacional Popular

**Representante da Assembleia de Cabo Verde
camarada José Luiz Fernandes (Djédjé)**

«Estabelecer as bases jurídicas de uma unidade já forjada na luta»

(Continuação da página 4)

né. Cabo Verde, verdadeiro organismo inter-estatal superiormente mandatado.

Ao Conselho de Unidade, competirá a importantíssima tarefa de elaborar o projecto da Constituição da União das duas Repúblicas, o qual será submetido à apreciação das duas Assembleias soberanas.

A Comissão da ANP de Cabo Verde foi eleita na 3.ª sessão que teve lugar nos princípios deste mês e dela temos a honra de fazer parte.

A nossa mensagem ao povo irmão da Guiné-Bissau, é pois uma mensagem de unidade, uma men-

sagem de certeza no progresso dos povos, uma mensagem de fraternidade, um abraço de homens livres desta África que se liberta.

Essa nossa presença aqui é mais uma prova de que valeram a pena os sacrifícios, valeram a pena os sofrimentos, valeram a pena a vida daqueles que a perderam no duro combate pela liberdade.

A nós, filhos da Guiné e Cabo Verde compete a não menos dura tarefa de Construção Nacional. É por isso que, nos encontramos aqui reunidos para fazer leis e criar instituições, que nos permitirão cumprir a missão que os nossos povos nos confiaram.

Camaradas Deputados: O nosso Partido, ao estipular para as ANP da Guiné e Cabo Verde a grandiosa tarefa de materialização orgânica da Unidade, pôs sob os ombros dos representantes eleitos dos dois povos, a responsabilidade de estabelecer as bases jurídicas de uma unidade já forjada na luta, de uma unidade que foi o elemento básico do pensamento de Cabral, de uma unidade que foi o factor principal da nossa vitória sobre o colonialismo.

Camaradas Deputados: Cabe-nos pois, materializar condignamente as aspirações proferidas dos nossos povos, cabe-nos pois, honrar a memória daqueles que pela unidade na luta tombaram,



cabe-nos pois, honrar com o nosso trabalho a memória daquele que, melhor e mais autenticamente representou e representa, pelo seu pensamento e sua acção, os superiores interesses dos povos da Guiné e de Cabo Verde — Amílcar Cabral militante n.º 1 do nosso Partido

e Fundador da nossa Nacionalidade.

Viva a ANP da Guiné-Bissau!
Viva a ANP de Cabo Verde!
Viva a Unidade Guiné-Cabo Verde!

Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso Povo na Guiné e em Cabo Verde.

Quem são os deputados da Nação, que vão participar na próxima sessão da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, que se encontra reunida na nossa capital?

Damos a seguir a lista dos deputados que participaram nos trabalhos da última Assembleia, reunida em Bissau, em Abril do ano passado:

I REPRESENTANTES POPULARES	
SUL	Bacar Fati Bacar Sanha N'Diba Na Maba
Região de Balana—Quitáfine	LESTE
Pan N'Bum ✓ Fodé Na Noi Suncar Camará	Região do Boé
Região de Catió	Amadú Turé Fula Camará
M'Bunde Na Naum Sale Bangura Secuna Cassamá Biom Na Dina M'Bana Madge Quefade Na Tchuma Na Han Na Quilna Seni N'Djai	NORTE
Região de Cubisseco	Região de Oio
Sulamaca Endjai Malam Djassi Bussa Cardoso Mansata Sambú Faram Mendes	Fodé Turé Queba Ira Dafe N'Cutcha Djata Martinho Sani Mamadi Mané Malam Seidi
Região de Quinara	Região de S. Domingos — Sambuia
Dino Dias Braima Sambú N'Denhe Naifa Djara Mané Queba Camará Tchica Vaz Curqueme Camará	Pier Basen Usumane Sanha Mamadi Djambam
Região de Xitole	Região de Bula—Cantchungo
	Luís Pok Joãobicó Mendes Albino Mango Betangaté N'Con Albino Na Uam Uagna Tchuda António Lopes
	Região de Sara — Cajambari Nhacra
	Quebá Sané

**Mamadi Djassi
Nhare N'Ghontsa
Fodé Mai Turé
Formoso Djassi
José N'Dani
Tcham na Bucala
II**

QUADROS DO PARTIDO

Oio	Baro Seidi Ansu Bodjam Joaquim N'Top
Sara — Candjambari	Mamadú Mango Ana Maria Gomes N'Fanda N'Badja André Pedro Gomes
Bula — Cantchungo	Joaquim Mantan Biague Lourenço Gomes Armando Gomes
S. Domingos — Sambuia	Martinho de Carvalho Cambano Mané
Bolama	Vasco Cabral Saco Camará Honório Fonseca Lúcio Soares Guadêncio Sousa de Car- valho
Bissau	Carlos Correia Carmen Pereira Constantino Teixeira Pascoal Alves

Quem são os nossos deputados?

Luiz Cabral João Bernardo Vieira (Nino) Morgado Tavares Justado Vieira Mário Rebelo Cabral	Juvêncio Gomes
Bijagós	Catió
Anhono da Cunha Agostinho Pereira Filipe da Silva Marcelino Banca	Umarú Djaló Otto Schacht Caetano Semedo Ulé Na Biotcha
Gabú	Cubisseco
Selo Djaló Sori Sow Rahim Bari Paulo Correia Suleimane Djaló Mamadú Cambai Bobo Keita	Caetano Barbosa Irénio do Nascimento Lo- pes Mário Sousa Delgado
Bafatá	Quinara
Bacar Cassamá Luís Dias Biague Sumaré Corca Djaló Pedro Vaz Ana Maria Cabral Jorge Barai	Pedro Ramos Djanco Turé Arafan Mané
Boé-Oriental	Xitole
Ibrahima Sori Djaló	Abdulai Bari Victor Saúde Maria
Balana — Quitáfine	U.N.T.G.
Mamadú Alfa Djaló	Armando Ramos Tiago Aleluia Lopes Victor Vamaim Mandjé Cubala Virgílio Soares da Gama
	Juventude e Estudantes
	Júlio Semedo Adelino Nunes Correia Anselmo Cabral

Falando na abertura da 2.^a sessão ordinária da Assembleia Nacional Popular, o camarada Luiz Cabral pronunciou o seguinte discurso:

«Camarada presidente da Assembleia Nacional Popular, camarada Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe, camarada Comissário Principal, camaradas deputados, senhores representantes do corpo diplomático, camaradas e amigos:

«É com bastante alegria que tomo mais uma vez a palavra diante dos nossos deputados, representantes legítimos do nosso povo, para falar um pouco sobre a nossa terra e, portanto, sobre a nova fase da luta que atravessamos hoje, com a nossa terra completamente livre: luta para transformarmos esta terra pobre, sem nada, que herdámos do colonialismo português, numa terra de progresso e de felicidade para todos os seus filhos.

«É com bastante alegria que vemos aqui junto de nós a delegação irmã e camarada da República Democrática de S. Tomé, nossa companheira de luta na primeira etapa gloriosa que fizemos para libertar a nossa terra da dominação colonial portuguesa. Consideramos a sua presença junto de nós mais um motivo de alegria, mais um motivo de glória, porque representa a concretização da grande vitória que todos os povos africanos que se encontravam debaixo do colonialismo conseguiram: a libertação total das suas terras e a proclamação de Repúblicas independentes e soberanas.

«Saudamos também com bastante alegria os nossos camaradas da Assembleia Nacional de Cabo Verde. O camarada Djédjé, membro do Comité Nacional do PAIGC em Cabo Verde e deputado da Assembleia Nacional Popular, constitui, juntamente com outros camaradas da Assembleia Nacional de Cabo Verde e com os camaradas que iremos escolher na nossa Assembleia Nacional Popular, o Conselho da Unidade. A ele compete encontrar, no meio de todas as dificuldades que possam existir, no meio das diferenças que possam verificar-se hoje, no processo de consolidação das nossas Repúblicas da Guiné e Cabo Verde, os caminhos seguros para realizarmos o grande sonho de todos os militantes do PAIGC: a unidade dos nossos povos.

«Saudamos todos os deputados que aqui se encontram, nossos companheiros de luta das horas difíceis do grande combate que travámos para libertar a nossa terra; camaradas com quem várias vezes nos encontrámos nas nossas terras do Sul, do Norte e do Leste, em longos e difíceis caminhos, debaixo de bombardeamentos, transportando materiais à cabeça, através de grandes distâncias. Gente que, pela sua confiança na vitória, pela sua fé no nosso Partido, constitui uma das grandes razões desta vitória, a libertação total das nossas terras. Saudamo-los e daqui lhes desejamos que cada dia reforcem a certeza de que na nossa terra cumpriremos a vontade dos

nossos deputados. Queremos que cada deputado eleito pelo nosso povo tenha a certeza de que será ouvido. O nosso desejo é que possam contar-nos em cada dia aquilo que não está bem, criticar abertamente a nossa acção na direcção do País. Queremos fazer uma terra em que cada homem, e particularmente cada homem responsável, cada homem eleito pelo povo, não tenha medo de contar seja o que for. Em que se critiquem mesmo os dirigentes mais altos da nossa terra. É que os mais altos dirigentes da nossa terra estão nesses lugares porque o nosso povo, e os nossos deputados, assim o querem.

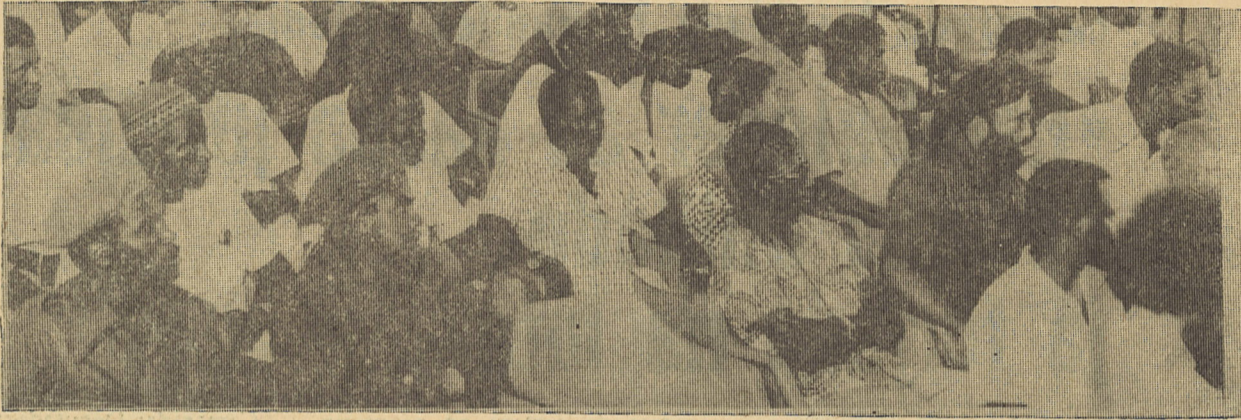
«Esta é a terceira sessão da nossa Assembleia Nacional Popular. Por muitos séculos de vida que tenha o nosso povo, com os novos deputados que possam vir a ser escolhidos, no tempo dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos bisnetos, não haverá outra assembleia na nossa terra que possa viver horas tão grandiosas como as que esta nossa primeira Assembleia Nacional Popular viveu. É uma Assembleia que saiu da luta, das canseiras da nossa guerra de libertação nacional; que reuniu no mato, no território livre do Boé, para realizar aquele acto grande e original, que representa tanto orgulho e tanta grandeza para nós: a proclamação da República soberana da Guiné-Bissau. Esta assembleia abriu uma página nova, um momento novo na vida do povo da Guiné-Bissau; esta assembleia que reuniu, depois, pela segunda vez, no palácio colonial de Bissau, que se tornou Palácio da República da Guiné-Bissau, para aprovar leis revolucionárias, de acordo com as nossas opções, com os nossos desejos de servir o povo: aquelas leis que o camarada Nino Vieira, presidente da Assembleia Nacional Popular, aqui enumerou há pouco.

VITÓRIA DE ÁFRICA

«Esta nossa Assembleia reúne hoje pela terceira vez para, de novo, fazermos o balanço do que passou, do que já fizemos nestes dois anos e meio de mandato, desde que proclamámos o nosso Estado no Boé. Ela analisará, com seriedade, com espírito crítico, tudo o que fizemos, para sabermos, primeiro, o que efectuámos de mal nestes dois anos e meio da nossa vida aqui, e depois, o que nos falta fazer para avançarmos mais um passo. Sabemos que temos ainda muito para fazer. Mas sabemos também que, para o fazermos, teremos que avançar diariamente. Como quem está a percorrer um longo caminho, igual àqueles que já percorremos: dias e dias de marcha, de canseiras. Esses caminhos não se percorrem num só dia. É preciso andar todos os dias, a todas as horas, um bocadinho. Assim tem de ser também o nosso trabalho.

«Reunimos esta assembleia num momento em que a África

CAMARADA LUIZ CABRAL NA ABERTURA SOLENE DA 2.^a



«Esta é a terceira sessão da nossa Assembleia Nacional Popular. Por muitos do nosso povo, com os novos deputados que possam vir a ser escolhidos, no tempo dos netos, dos nossos bisnetos, não haverá outra assembleia na nossa terra que possa ser como as que esta outra assembleia Nacional Popular viveu. É uma Assembleia seiras da nossa guerra de libertação nacional, que reuniu no mato, no território aquele acto grande e original, que representa tanto orgulho e tanta grandeza para a República soberana da Guiné-Bissau.»

Por muitos séculos de que tenha o nosso povo não haverá Assembleia que possa viver horas como as que esta As

comemora grandes vitórias. Esse momento começou com a proclamação do nosso Estado. Dos povos que se encontravam sob a dominação colonial portuguesa, fomos o primeiro que ousou criar o seu Estado sem assinar acordos com os colonialistas, sem lhes pedir a opinião, tomando a decisão de proclamar o seu Estado soberano, com a sua Bandeira e o seu Hino. Esse Estado foi reconhecido por mais de 80 países de todo o mundo. Mas, hoje, no momento em que abrimos esta terceira sessão da Assembleia, já todos os nossos irmãos das antigas colónias portuguesas se encontram livres e independentes. Depois de nós, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola, tomaram a sua independência. Para nós, camaradas, é um momento de vitória vermos todos esses companheiros com quem começámos a luta tomarem a sua independência, contra todas as dificuldades, particularmente o povo de Angola: estes nossos irmãos, quando os colonialistas já estavam desesperados, tiveram que travar uma luta dura contra os imperialistas, contra as forças da reacção, contra os fantoches africanos. Mas, com a ajuda internacional, conseguiram sair vitoriosos dessa

nova luta que lhes foi imposta.

«Portanto, camaradas, temos razões para estarmos contentes hoje. Temos razões para estarmos contentes pelo que fizemos na nossa terra e pelo momento grandioso que a África está a viver. Momentos de luta que tem de continuar, pois vemos os nossos irmãos no Zimbabwe, na África do Sul, na Namíbia, ainda debaixo dos pés dos racistas, sofrendo toda a espécie de exploração. Momento de luta em melhores condições, porque a independência de Moçambique e de Angola abre novas possibilidades de luta a esses povos irmãos.

«Queremos assegurar aqui, perante os nossos deputados, representantes legítimos do nosso povo, que o nosso Governo, segundo o caminho traçado pelo nosso Partido, será sempre fiel à luta de libertação da África. Ele está ao lado de todos os povos da África que lutam pela sua independência e pela sua liberdade.

CONSOLIDAR O ESPÍRITO DEMOCRÁTICO

«É também um momento de grande alegria porque queremos, hoje mais do que nunca, consolidar o espírito democrático na nossa terra. Queremos uma terra em que cada homem se sinta li-

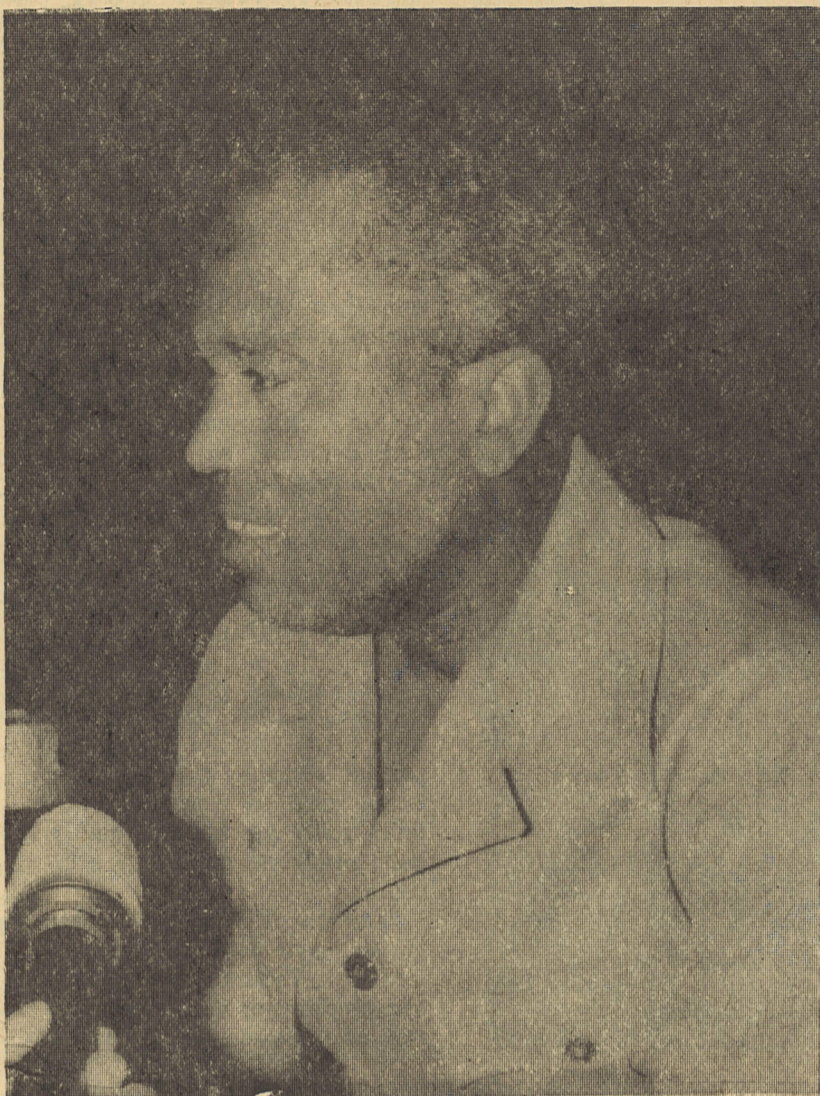
vre. Queremos acabar de uma vez para sempre com o medo, tal como acabámos com o medo do colonialismo. Para que cada homem, cada mulher, seja capaz de contar o que pensa, procurando o caminho para servir o nosso povo. Democracia para todos os bons filhos da nossa terra, democracia para toda a gente que queira que a nossa terra se erga, que seja uma terra de progresso e de liberdade. Democracia, sim, camaradas, mas só para os bons filhos, para aqueles que não desejam que o nosso povo torne a ser explorado. Democracia só para aqueles que estão no caminho do nosso Partido, para fazermos uma terra de liberdade e progresso no Continente Africano.

«Sentimos tristeza, e não podemos deixar de manifestá-la diante dos nossos deputados pois sabemos que todos os camaradas aqui presentes pensam da mesma maneira pela ausência do nosso camarada Aristides Pereira, nesta terceira sessão da nossa Assembleia. O camarada Aristides Pereira foi sempre o nosso companheiro em todos os momentos de vitórias, em todos os momentos de luta, de canseiras, de tristezas e de alegrias

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

éculos de vida que tenha o
 os nossos filhos, dos nossos
 sa viver horas tão grandes
 que saíu da luta, das can-
 livre do Boé, para realizar
 para nós: a proclamação da

vida novo ia na nossa terra s tão grandiosas sembleia já viveu



Este é o primeiro acto solene que realizamos dentro da República da Guiné-Bissau sem a sua presença física. Mas sabemos que onde se encontra, no seu posto de luta, cumprindo a missão que o nosso Partido lhe confiou como Presidente da República de Cabo Verde, ele está connosco, vivendo cada momento do nosso trabalho, e encorajando-nos nas tarefas em que estamos empenhados.

Já passaram dois anos e meio sobre a formação do nosso Governo, em que começámos, podemos dizer, a segunda fase da nossa luta, depois da libertação total da nossa terra e da entrada da Direcção do nosso Partido em Bissau.

Pensamos que os camaradas que vieram das várias regiões da nossa terra, do Norte, do Sul, do Leste, tem seguido pela rádio aquilo que temos feito, têm ouvido os comissários políticos, têm contactado os presidentes dos Comités de Sector, de Região, mas achamos que devemos aproveitar este momento para vos falar um bocado da nossa terra, daquilo que já fizemos, das coisas que temos procurado fazer para servir o nosso povo, o nosso país.

Fizémos mudanças no nosso

Governo, não alterações de pessoas, porque nós não mudámos as pessoas dos seus lugares: há muito tempo que estamos juntos já, conhecemo-nos bem e cada qual está no posto em que o Partido o pôs.

A primeira mudança de grande importância que fizémos, desde a última Assembleia, foi separar o nosso Comissariado de Economia e Finanças em dois Comissariados: o de Desenvolvimento Económico e Planificação e o de Finanças. Devo explicar bem isso aos camaradas, porque este novo nome do Comissariado do camarada Vasco Cabral, «Desenvolvimento Económico e Planificação», engloba muita coisa e tem uma grande importância para nós.

Nós não queremos que os diversos sectores da nossa terra se desenvolvam separadamente. Não queremos, por exemplo, que o Norte do nosso País seja mais rico que o Sul; não queremos que haja escolas num sítio e noutro não; não queremos construir mais escolas do que alunos para elas, construir escolas e depois não haver alunos para as frequentar. Tudo isto coisas que têm que ser estudadas, planificadas. Para sabermos quanta população temos numa área, pa-

ra sabermos numa determinada tabanca, no próximo ano quantos meninos atingem a idade escolar, para podermos construir uma escola, temos de planificar para que as crianças tenham local onde ir estudar.

Por exemplo, na nossa indústria, se quisermos fazer uma fábrica de fazenda e se tivermos algodão na terra, temos de estudar quanta fazenda o nosso povo gasta, quantas pessoas temos que vestir, quanta fazenda é preciso. Na agricultura, o problema é o mesmo, temos de ver como iremos cultivar o algodão para podermos fabricar os fios que depois serão utilizados na confecção de fazendas.

Os camaradas vêem, assim, que na construção de um país não se podem deixar as coisas desenvolverem-se espontaneamente, sem um plano. Por exemplo, o camarada Samba Lamine Mané, da Agricultura, pode fazer força no seu trabalho e produzir muita mancarra, até atingir as cem mil toneladas. Mas é necessário que um outro camarada, dos Transportes, faça um estudo da forma de mancarra com mil toneladas de mancarra, o que exigiria carros, guindastes para as colocar nos barcos, a existência de um bom cais. Para se desenvolver

uma terra, têm que se planificar as diferentes actividades, que são dependentes umas das outras.

É esse o trabalho do novo Comissariado que criámos, chefiado pelo camarada Vasco Cabral. E todos os nossos camaradas, deputados, presidentes de Comité de Região, Sector ou Secção, toda a gente, têm que considerar o trabalho do camarada Vasco como sendo da maior importância na nossa terra. Quando ele envia os impressos para as pessoas preencherem, por mais pequenos que eles sejam todos se devem esforçar por preenchê-los correctamente, respondendo com exactidão àquilo que se pergunta, para que tudo possa marchar bem na nossa terra, harmoniosamente, quer dizer, em todos os ramos da nossa vida.

FINANÇAS: UM TRABALHO DE GRANDE RESPONSABILIDADE

Portanto, passámos o camarada Vasco para o Desenvolvimento Económico e Planificação e o camarada Carlos Correia passou para as Finanças. Todos nós conhecemos o camarada Carlos e estamos satisfeitos por vê-lo à frente do Comissariado das Finanças, porque é um posto difícil, que exige seriedade no trabalho. É preciso ser-se exigente, é preciso exigir de toda a gente, incluindo do Presidente, exigir que se proceda bem no aspecto das Finanças, no problema dos dinheiros. Este era um problema que desconhecíamos no tempo da luta armada, passámos por todas as dificuldades menos por estas questões financeiras. Assim, pode ser que haja pessoas que gastam o dinheiro com demasiada facilidade, mesmo o Presidente pode ser que às vezes gaste mais dinheiro do que podemos. O camarada Carlos tem que estar vigilante para poder fazer às dificuldades, para nos educar no sentido de economizar, de gastarmos de acordo com as nossas possibilidades.

Todos nós estamos conscientes das dificuldades financeiras que atravessamos, desde que conquistámos a independência. Tornámo-nos um Estado soberano, com todas as despesas de um Estado independente, com as estruturas de um Estado, um grande exército, segurança e outros encargos, mas nós temos poucos recursos, não temos quase nenhuma receita. Somos um País pobre, saídos da dominação colonial em que o Governo dos colonialistas, nos últimos anos da sua presença, sobretudo, não se preocupou absolutamente nada com o desenvolvimento económico da nossa terra. Pelo contrário, gastou rios de dinheiro só para sustentar a guerra, criando uma falsa abundância nos centros urbanos.

Por isso, estamos a ter dificuldades neste ano e meio já decorrido, dificuldades até de pagamentos. Houve pessoas que serviram o Estado sem receberem durante meses, mas que trabalharam sempre com confiança e coragem, sabendo que esta situação é transitória e que sere-

mos capazes de a normalizar, de passar a pagar toda a gente a tempo. Queremos aqui, perante os nossos deputados, prestar homenagem a todos os trabalhadores da Função Pública, operários e outros trabalhadores, pela grande consciência de que deram provas face às dificuldades de pagamentos dos vencimentos e salários.

Os nossos camaradas das Finanças têm um grande trabalho, porque nós temos que ser capazes, na nossa terra, de conseguir todos os meios necessários ao pagamento das despesas do Estado. Não podemos pensar que o nosso Estado vai arranjar dinheiro no estrangeiro para liquidar as dívidas internas. Temos de ser capazes de obter receitas no nosso país, para suportarmos as despesas do Estado. Pouco a pouco, lá chegaremos, obtendo receitas cada vez maiores, fazendo com que quem tiver maiores rendimentos pague mais impostos. Na nossa terra, quem tiver maiores rendimentos, deve pagar maiores impostos. Os camaradas das Finanças têm de encontrar maneira de obtermos mais receitas e de diminuir as despesas.

Criámos o imposto da Reconstrução Nacional, uma coisa nova, e decidimos que metade deste imposto deve ficar nas Regiões, para que elas possam levar também para diante projectos para o seu desenvolvimento. Queremos alertar os camaradas das regiões, os deputados, que por enquanto não conseguirmos reunir os nossos Conselhos Regionais, durante esta primeira legislatura da Assembleia, por causa da própria luta, por causa da independência, mas que os Conselhos Regionais têm de funcionar na próxima Assembleia que elegermos. Estes Conselhos é que decidem o que se tem que fazer em cada região, quais as despesas a efectuar, qual a escola a ser construída, qual o hospital a ser erguido, qual a estrada a ser aberta, enfim, que melhoramentos se farão numa região, como se utilizarão as receitas do imposto de reconstrução nacional, para melhorar a vida das populações.

Portanto, temos que reunir os Conselhos Regionais na próxima legislatura. Queremos dizer agora aos camaradas dos Comités regionais que o imposto de Reconstrução Nacional tem que ser aplicado em coisas que o povo veja concretamente qual o caminho que foi dado ao seu dinheiro, para o povo de cada região ter a certeza de que o dinheiro que ele dá é utilizado para melhorar o ensino, a saúde, na sua área.

Foi neste ano que nós conseguimos fazer o primeiro Orçamento, quer dizer, as contas das receitas e das despesas. Infelizmente, esse orçamento só tem praticamente despesas, porque as receitas são insignificantes... Mas foi uma grande vitória para nós podermos ter um orçamento, que custou bastante trabalho aos camaradas que o fizeram, dias e noites de trabalho para termos um instrumento que nos obriga-

(Continua na pág. 8)

(Continuação das centrais)

rá a pensar nas nossas despesas, a disciplinar as nossas despesas, para sabermos quanto podemos gastar.

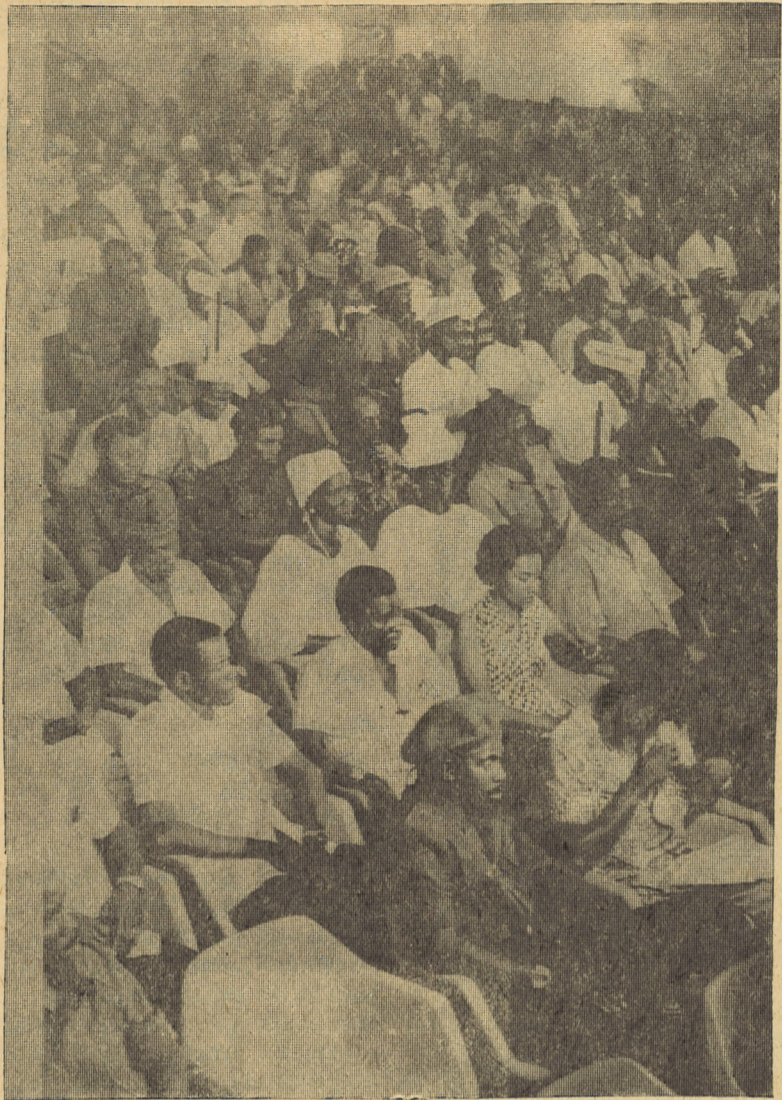
AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO AO SERVIÇO DO POVO

«Tivemos outra grande vitória no período que decorreu desde a última assembleia até hoje, vitória que marcou mais um passo na nossa soberania, na nossa independência, e nos deu um novo instrumento para o progresso da nossa terra. O Banco Nacional da Guiné-Bissau recebeu força para iniciar o seu trabalho. Podemos dizer que foi mais uma manifestação de ousadia da nossa parte: criamos o nosso próprio dinheiro, para podermos mudar a nossa vida como quisermos, sem termos de pedir licença a estranhos para realizarmos os nossos desejos. Isso foi uma grande vitória para nós. Achamos que esta decisão relativa ao Banco nos deu uma nova força, que utilizaremos com toda a cabeça, para acelerarmos o desenvolvimento do nosso país.

«Temos que realçar aqui, perante a Assembleia Nacional Popular, o trabalho dos camaradas do Banco Nacional da Guiné-Bissau, que tiveram à sua frente um trabalho novo, que ninguém na nossa terra tinha ainda feito. Havia pouca experiência, mesmo entre aqueles que já trabalhavam no Banco, porque as decisões do Banco Nacional Ultramarino vinham de Lisboa. Os dirigentes da filial de cá não tinham iniciativa própria e, portanto, encontraram-se diante de uma responsabilidade nova. Mas foram capazes de corresponder àquela confiança que o nosso Partido e Governo neles depositaram.

Todos viram como a troca de dinheiro se processou em todos os pontos do País praticamente em três dias. Foi uma grande vitória para nós, pela qual louvamos os camaradas trabalhadores do Banco, assim como os dos departamentos da Administração Interna, Forças Armadas, Segurança e outros camaradas que participaram nas operações.

Esta é uma das coisas que nós fizemos e que ninguém mais fará; sofremos o cansaço, as dificuldades, mas o que nós fizemos ninguém mais fará no futuro, porque construímos a nossa História com as nossas próprias mãos. O que fizemos ficará marcado para provar a todos que fomos nós que o fizemos. A criação do Banco e da nossa moeda, como Estado soberano, é mais um passo daquela História que fazemos com as nossas mãos, para a consolidação da nossa independência, camaradas. Mas temos que ter bem claro que a função do Banco é servir o nosso povo. Na sua própria divisa encontra-se escrito «ao serviço do povo». Mas isto não pode ficar só nas palavras, tem que ser realizado na prática. A principal função do nosso Banco é ajudar o nosso povo a sair da miséria e da canseira, e fazer progredir a nossa terra. Não podemos fa-



«Queremos que o trabalho aproveite a quem o pratica»

zer do nosso Banco um instrumento para ajudar aquelas pessoas que possuem dinheiro a terem ainda mais. Na nossa terra há pessoas que pensam deste modo. E não são só os estrangeiros que pensam enriquecer mais; há filhos da nossa terra que têm muito dinheiro e só se preocupam em aumentá-lo. Mas nós queremos que as instituições do nosso Estado sejam postas ao serviço do povo, das massas. Por isso pedimos aos camponeses que organizem as suas vidas como deve ser, que se unam e criem cooperativas, para que assim o Banco Nacional lhes possa fazer empréstimos, destinados a melhorar as suas condições de trabalho. Porque os nossos lavradores cultivam durante toda a vida, ao longo dos séculos, de gerações inteiras e nunca tiram rendimento. Mas existem pessoas que, sózinhas, fazem a sua «ponta», põem outras pessoas a trabalhar para elas, pagando-lhes mal — geralmente com um bocadinho de cana ou de tabaco — e ao fim de poucos anos enriquecem, e compram casas e carros, obrigando os outros a lavar-lhes ainda mais cana. Nós propomos fazer empréstimos através do Banco para a realização de grandes trabalhos. Mas não confundamos os nossos empréstimos com os dos tucas, queremos acabar com empréstimos desse tipo.

«Temos que dizer a todas as pessoas da nossa terra que não queremos que, quando uma pessoa lava a sua bolanha ou o seu campo de mancarra, e chega a altura da colheita, já tenha a

vidas, de tal modo que vai pagá-las com todo o produto da colheita. Não queremos mais disso na nossa terra. Queremos, sim, que cada homem organize a sua vida como deve ser, para que, quando colher a sua mancarra ou arroz, possa separar o necessário para a sua alimentação e da sua família e vender o resto, para encontrar, assim, um resultado do seu trabalho. Portanto, aquele «pista-pista» dos sirianos, da «Gouveia» da «Ultramarina» tem que acabar na nossa terra. Porque são empréstimos da pobreza, da miséria, em que cada ano as pessoas ficam mais pobres. Havia pessoas que contraíam empréstimos ao Brandão e pagavam todos os anos e todos os anos a dívida aumentava. Quem pede emprestado não pode defender a terra, os seus interesses, porque tem que aceitar o preço que lhe oferecem. Mas um homem com o seu dinheiro na mão, quando comprar escolhe o mais barato, o que lhe pode trazer benefícios. Por isso, temos que fazer uma campanha, os deputados têm que fazer uma campanha, no sentido de acabar com empréstimos fúteis. Por exemplo, um lavrador que quiser construir uma boa casa para habitação, como aquelas que há em Bissau, e sabe que com o seu trabalho pode pagar o custo das obras, junta uns dez ou quinze contos, vai ao Banco pedir emprestados mais alguns e poderá fazer a casa, se se comprometer a pagar o empréstimo no espaço de dois anos, com o produto do seu trabalho. Vale a

CAMARADA LUIZ CABRAL

pena fazer empréstimos como esses. Se um grupo de lavadores se juntar para cultivar uma área maior, e não tiver dinheiro para comprar um tractor, mas sabe que, com o produto da mancarra que vai lavar, o poderá pagar, pode proceder do mesmo modo: chega ao Banco, contrai um empréstimo, junta esse dinheiro ao que possui e paga no espaço de dois ou três anos. Para isso, o nosso Banco fará empréstimos. Porque queremos acabar com a miséria na nossa terra, queremos acabar com os exploradores do nosso povo. Para que o nosso povo possa ter dignidade.

PRIORIDADE À AGRICULTURA E À PECUÁRIA

Neste plano geral do nosso desenvolvimento, demos prioridade à agricultura e à pecuária, porque pensamos que ainda não temos nada na nossa terra. A única coisa que temos e que se pode medir em dinheiro é a lavoura.

Fazemos cálculos para obter grande quantidade de mancarra este ano. Fazemos planos para não precisarmos de importar arroz no próximo ano. Toda a

zendas, bicicletas. Podemos extrair bons rendimentos da riqueza que é a palmeira, mas é preciso ter cuidado, pois estão a estragar muitas árvores; há pessoas que só vivem do vinho que extraem das palmeiras. Mas isso não é vida, camaradas, e a nossa Assembleia tem que tomar medidas contra esse estado de coisas.

«Também temos que tomar cuidado com os «sibis», pois sabemos que constituem uma grande riqueza para a nossa terra. O «sibi» é um bom material de construção e nós temos planos para fábricas de tijolos resistentes. Fabricaremos telhas nas fábricas que vamos construir em quase todas as regiões da nossa terra, para darmos ao nosso povo lavrador a possibilidade de fazer casas de tijolo e de telha onde possa morar com a família. Todos os que tiverem consciência devem defender o «sibi» como uma riqueza destinada a melhorar a vida do nosso povo e não só a extrair vinho. Defender as nossas riquezas e colocá-las ao serviço do povo deve ser também trabalho dos deputados, que são pessoas que o povo escolheu para o representar.

Há uma coisa que temos que evitar o mais urgentemente possível: faz dó passar numa estrada e ver boas madeiras a arderem. Sabemos que há pessoas que fazem queimas para lavrarem a terra, mas isso é uma desgraça para nós. Temos que alertar todo o povo para a defesa da nossa riqueza florestal. Essas árvores permitem que chova com abundância na Guiné; se forem cortadas e não forem substituídas, a chuva começará a rarear. Devemos ensinar o nosso povo, durante a campanha de alfabetização, a defender a nossa terra. Não só por nós, mas pelos nossos filhos e netos.

A agricultura exige-nos grandes esforços. Temos muitos planos no domínio da agricultura, e queremos que o povo lavrador observe as experiências que vamos fazer. Vemos que nos países pobres, subdesenvolvidos, todo o lavrador é pobre. Uma pessoa arranja trabalho em Bissau e quando chega o fim do mês só recebe um conto. Mas a agricultura é incerta. Ora, a agricultura é incerta, mas a grande desafia em acabarmos com a ideia de que o lavrador é pobre, em valorizarmos o trabalho da lavoura, porque o homem que lava pode viver melhor do que o homem da cidade. Temos que nos esforçar neste sentido. Por isso dizemos que nas experiências que levarmos a cabo na agricultura, nas regiões, nos sectores, devem ser organizadas visitas, para que os lavradores observem as formas de cultura do arroz. Porque o rendimento do nosso arroz é fraco. Quando se lava um hectare de bolanha, obtém-se cerca de uma tonelada de arroz. Mas hoje existem variedades de arroz em que basta deitar um bocadinho de estrume junto à semen-

(Continua na pág.º 9)

Na sessão de abertura dos trabalhos da Assembleia

"Toda a nossa esperança está na lavoura"

(Continuação da página 8)

te para obter cinco toneladas de arroz. Portanto, melhorando a semente, utilizando estrume e mudando a maneira de plantar arroz, aproveita-se melhor o terreno. Um lavrador que costuma obter duas toneladas poderá obter seis ou oito. Por conseguinte, podemos aproveitar estas experiências para lavar outras coisas, a fim de melhorar a alimentação do nosso povo. Os deputados devem observar muito bem este problema, pois o nosso povo alimenta-se muito mal. Só arroz não é suficiente para a nossa alimentação. Um grupo de médicos suecos, nossos amigos, que passou dois meses em Morés a estudar as doenças, percorrendo cada tabanca, cada casa, conclui que em cada cem crianças que nascem, nem metade chega à velhice; em cada cem que nascem, trinta morrem antes de completarem um ano. Outros morrem antes dos dez anos. E a principal causa disso é a alimentação. As crianças são como as plantas. Plantamos uma planta: se tiver bom estrume e apanhar sol e água não morrerá, crescerá. Com a criança acontece a mesma coisa: não há razão para morrer. No nosso caso, se morre é por falta de alimentação. Primeiro, o menino mama, mas o leite materno só é suficiente até aos seis meses. Não há melhor leite que o da mãe durante seis meses, mas agora a moda é dar biberão aos bebés. Se a mãe não der biberão ao bebé, não é moderna. Ora, durante os primeiros seis meses não há leite melhor do que o da mãe. Mas depois dos seis meses o leite não é suficiente; é preciso dar outra coisa à criança. Tem que comer carne, ovos, peixe, para poder ganhar força. Se não, mal apanha uma doença, morre, porque não aguenta. Por isso morrem tantas crianças na nossa terra. Mas há outras razões ainda: quando há uma boa qualidade de «mafé», só os adultos é que o comem. Camaradas: isto é uma coisa séria, as crianças têm mais necessidade de «mafé» do que os adultos, porque estes já cresceram, enquanto que as crianças, se não se alimentarem bem, não poderão crescer normalmente. Mal apanha uma pequena «pangabarriga», morre; qualquer febre pode matá-la. Há ainda outra causa: as nossas crianças apanham com frequência o paludismo. Os mosquitos picam com facilidade, porque na tabanca, quando há mosquiteiro, é só para os adultos. Temos que acabar com isso, temos que defender as crianças. Quem criar galinhas em casa não deve vendê-las, mas sim aproveitar os ovos para as crianças.

Um médico sueco disse-me que, se as nossas crianças passarem a comer carne, ovos e peixe, misturadas com feijão e arroz, farinha de cajú e óleo de

palma, no futuro teremos uma raça mais forte.

Há povos no mundo, por exemplo na Ásia, que aumentaram de estatura porque as crianças passaram a ter uma alimentação melhor: a raça ficou mais forte. As crianças não devem morrer. Temos que pensar nisso. Há um exemplo da nossa luta que devemos fixar: dos meninos que vão para o jardim-escola do Partido, nenhum morre. No jardim não há cerimónias: só comida, por isso os meninos ali não morrem.

Outra coisa para que temos que chamar a atenção desta Assembleia é o problema da «cana». A nossa terra é pequenina; nada temos para além da nossa

quer beber para viver e não para morrer.

O valor do vinho importado é quatro vezes superior ao dos medicamentos. Se os remédios custam 15 mil pesos, o vinho custa-nos 60 mil pesos. Do whisky, nem se fala. Quem trabalha, se quiser, pode tomar estas bebidas, mas tem que fazê-lo com peso e medida. Os nossos inimigos traziam bebidas para nos embriagarem e desviarem, assim, a nossa atenção da luta, do futuro do nosso país, podendo, deste modo, continuar a dominar-nos. Agora, que temos tantas responsabilidades, não podemos continuar no mesmo caminho. Temos que estar lúcidos, para ter ambições. Um homem que se embe-

grande. Enfim, trata-se de um projecto que abrirá novas perspectivas à nossa terra.

Mas temos outros projectos na agricultura, como aquele que estamos a fazer em Prábis, com a ajuda dos nossos amigos argelinos. Há outros que estamos a realizar com o auxílio internacional, de vários países amigos. Temos um projecto que nós levaremos também para diante, de cultura do arroz, que está a ser estudado por outros países amigos. Nós queremos cultivar tabaco, na nossa terra, porque ela tem boas condições para cultivar tabaco e solicitamos igualmente ajuda, para tentarmos produzir pelo menos o tabaco que consumimos na nossa terra. Dentro de

mos e compotas!

Um outro problema que temos: nós, na criação de gado, temos de ver se melhoramos a qualidade das nossas vacas, porque as nossas vacas são pequenas demais. Se virem as vacas de outras terras, verão que as nossas são muito pequenas, algumas parecem cabras de outros países...

Portanto, nós temos que melhorar o gado da nossa terra, melhorá-lo a sério. Temos também um projecto de uma grande campanha para melhorar as raças de gado, de galinhas. Há um outro plano grande, para produzirmos milhares de galinhas, que serão distribuídas pelas tabancas, para ver se melhoramos a qualidade das galinhas. Nós sabemos que, agora, a nossa terra vai ter muitas galinhas: acabaram-se os chefes de posto, a tropa foi-se embora também, já não comem as nossas galinhas... Por isso, temos a certeza que vamos ter muitas galinhas, ovos, cabritos, cabras, que o povo agora cria com a certeza que os vende pelo seu valor, pelo seu preço justo, para melhorar a sua vida. Mas, lembro-me a propósito, que como vão vender esses produtos por bom preço, devem dar um bocado dessas galinhas, desses ovos, aos meninos...

A INDÚSTRIA

A agricultura, para nós, é a actividade principal. É o que faremos primeiro, a agricultura, é com o que contamos primeiro. Mas, para avançarmos, temos que criar também uma indústria complementar daquela agricultura. À medida que vamos desenvolvendo a nossa agricultura, temos que instalar algumas indústrias que vão melhorar os produtos agrícolas.

Nós temos muitos projectos neste campo e o camarada comissário de Estado da Indústria há-de vir aqui explicar-vos todos aqueles projectos que nós temos, que são bastante grandes, bastante ambiciosos. Nós estamos já a marchar para diante, está bem encaminhado, com a ajuda e a solidariedade de vários países e com o sacrifício que fizemos neste ano que passou, muitos dos projectos que temos avançaram e em 1976 ficarão prontos. Na energia, a mesma coisa. Nós sabemos que temos necessidade de electricidade, não pode haver progresso sem electricidade. Aquelas tabancas bonitas que nós queremos construir na nossa terra, temos que ser capazes desde já de produzir electricidade, para pormos luz em todas as tabancas.

Nós temos, neste campo, um grande plano: uma central, em Portogole, uma central só, que poderá fornecer luz para todo o Norte do País, desde Gabú até S. Domingos e Suzana, Varela.

(Continua na pág. 10)



"Temos que defender as nossas crianças"

luta, da nossa independência e do nosso Estado. Mas há um pormenor: somos o único país no mundo que produz uma bebida dessas, que nada vale para a saúde das pessoas, que foi feita para rebentar com as pessoas. Claro que não podíamos chegar e dizer: «acabou a cana», e ela acabar mesmo. Mas temos que ser capazes de transformar a «cana» numa bebida saudável para o homem, e não uma bebida que o destrói por dentro. Mas a «cana» dá dinheiro: veja-se o caso das pessoas que possuem «pontas», como procuram extrair a cana a toda a pressa. Quem ganha dinheiro com a «cana» é quem a produz e não quem a bebe; a estes só rebenta a saúde, a juventude. Temos que fazer uma campanha contra isso. O nosso Governo tem que assumir a responsabilidade de criar uma fábrica para tomar conta da fabricação das bebidas à base de cana. Fabricar uma bebida engarrafada, para um povo que

beda não tem ambição para a nossa terra, para a família para poder avançar em cada dia que passa.

Temos grandes projectos em marcha na agricultura. O do açúcar, a que nos referimos o ano passado, está quase concluído. Os habitantes de Sara e Bamba-dinca viram os técnicos estrangeiros que estiveram dois meses no mato a estudar as condições daquele terreno. Eles disseram que há todas as condições para a realização daquele projecto, que será uma nova riqueza para nós. Nós pensamos que temos amigos no mundo que nos ajudarão a levar este grande projecto para diante, pois é necessário muito dinheiro para concretizá-lo.

Para vos dar só um exemplo, teremos de construir uma cidade lá, onde irão morar dez mil pessoas, próximo de Gambiel, o que mostra a grandeza do projecto, onde vão trabalhar mais de quatro mil homens, no seu total, com uma barragem que provocará uma reserva de água muito

dois anos, no máximo, nós poderemos produzir o tabaco necessário para as nossas necessidades. Faremos ainda uma experiência de algodão no nosso país. Se não cultivarmos muito, para exportar, vamos tentar pelo menos produzir para as nossas necessidades de roupas.

Há ainda outros projectos na agricultura, e nós temos grandes esperanças que os camaradas responsáveis deste sector levem para diante tais projectos, pois a agricultura é uma coisa certa com que podemos contar para o futuro da nossa terra.

Temos que desenvolver por toda a parte a plantação de árvores de fruto, muitas laranjeiras, muitas bananeiras, de tangerineiras, de limoeiros, porque nós vamos fazer uma fábrica, em Bolama, «Fábrica Titina», que fará sumos de toda a espécie. É preciso nós produzirmos muita fruta, para podermos vender naquela fábrica que fará um bom sumo para nosso consumo interno e também para exportação. Su-

Assembleia Nacional Popular

CAMARADA LUIZ CABRAL

(Continuação da pág. 9)

Essa central vai trabalhar com casca de mancarra e de arroz, que queimada produzirá o calor necessário para dar electricidade barata. Não se gasta gasóleo, gasolina, nada, barata. E nós poderemos levá-la para todas as tabancas da nossa terra terem luz. Nós temos que fazer isso. Nós fizemos esse desafio, mas nós vamos fazer, vamos fazer! Nós temos que o fazer!

Como no Sul, nós pensamos fazer uma barragem no rio Corubal, para produzir electricidade com a força da água. A força da água produz também electricidade, porque se vocês virem como é que o motor anda para produzir a electricidade, verão que a força da água pode fazer mover esse motor. Há uma central especial que será feita, para ser instalada no rio, que nós vamos pô-la no rio Corubal, tanto no Saltinho, para produzir electricidade para aquela fábrica que transformará a bauxite em alumínio, como também em Cusse-linta, para dar luz para todo o Sul do país.

Nós temos de levar a electricidade para todos os cantos da nossa terra, nós temos de o fazer, e temos de o fazer na nossa geração, neste mandato da Assembleia que vai começar agora. As pessoas que forem eleitas têm de fazer força para realizar esse projecto, no próximo mandato.

Há também o problema da água. Muitas tabancas da nossa terra têm um problema grave com a falta de água. No tempo seco, por exemplo agora, há muitas tabancas que têm falta de água: vão buscar a água muito longe ou, então, a água que utilizam não vale nada só provoca doenças. Mas nós, desde que chegámos a Bissau tomámos medidas. Com o auxílio internacional, temos já muitas bombas para pôr nas tabancas, parece-me que quatrocentas bombas. Começámos a receber já aquelas máquinas que fazem furos para tirar água, em cada tabanca. Nós começámos já a fazer este trabalho, mas isso demora um bocadinho. Muitas tabancas disseram-nos que é urgente pôr lá água e já dissemos ao camarada Filinto Vaz Martins, que é o Comissário de Energia, Indústria e Hidráulica, para fazer os possíveis se põe água naquelas tabancas que estão mais aflitas, ainda antes das chuvas chegarem.

Mas nós temos problemas de água mesmo aqui em Bissau. Aquela «mãe d'Água» está toda suja e não é suficiente, muitos bairros não têm água, as populações de Pilon não têm água. Isto tudo, assim como a electricidade, são coisas que temos de fazer de novo, partirmos quase do zero. Eu queria dizer aqui, aos nossos deputados, que o Governo está a pensar em tudo isso, está a estudar esses problemas todos, e recebemos já a garantia de muitas terras para nos auxiliarem a levar este programa para diante.

“Democracia, sim, mas só para aqueles que não desejam que o nosso povo volte a ser explorado”

Na nossa terra uma coisa é importante, já nos habituámos; é o comércio. O comércio que tem o dinheiro... Todo o dinheiro da terra, está no comércio.

(Mas eu queria agora suspender a sessão por uns momentos, para saudar a delegação da FRETILIN, os nossos camaradas de Timor Leste que chegaram agora. Manifestamos, uma vez mais, toda a nossa solidariedade com aquela luta difícil que estão a travar para a libertação da sua terra, ocupada por forças estrangeiras, que invadiram e ocuparam a sua terra. A comunidade internacional tem uma grande responsabilidade, no sentido de dar àquele povo o direito de decidir o seu destino. Nós vimos-lo tantos anos sob a opressão do colonialismo português e, hoje, que alcançámos a independência, outras forças, que nunca lutaram pela independência de Timor, entraram em Timor, ocuparam o país e massacraram muitos dos seus valorosos filhos. E, portanto, neste momento, queremos assegurar aos camaradas de FRETILIN a solidariedade total do nosso povo, do nosso Partido e do nosso Governo com a luta justa que estão a travar pela libertação da sua terra).

Estávamos a dizer que o comércio é uma coisa importante. Podemos dizer que foi aí que o nosso Estado obteve grandes vitórias. Vitórias devido aos nossos Armazéns do Povo, que vieram do mato juntamente connosco, que sofreram todas as

canseiras connosco, que sofreram connosco os bombardeamentos dos tucas, mas que aqui, na cidade, num ano, conseguiram tomar conta completamente, controlar todo o comércio da nossa terra. Tornaram-se na maior empresa comercial da nossa terra, o que é uma glória para os nossos camaradas do Comissariado de Comércio e Artesanato que deram este incremento aos Armazéns do Povo, bem como para todos os trabalhadores dos Armazéns do Povo que cumpriram as nossas palavras de ordem e que conseguiram dar aos nossos Armazéns todo aquele valor que eles merecem na nossa terra independente.

Sabemos que a «Gouvêa», que era a maior empresa comercial da Guiné, hoje está nacionalizada e foi integrada nos nossos Armazéns do Povo, fazendo com que os Armazéns do Povo tenham uma rede de mais de cento e vinte lojas através de todo o País, que estão a começar a organizar-se, para melhorarem cada dia mais. É claro que ainda há muitos lugares que pedem Armazéns do Povo, em todos os lados do País pedem. Ainda há dias, fui a Portogole e pediram Armazéns do Povo, fui a Enxalé e pediram Armazéns do Povo. Mas, temos que nos convencer que o comércio é complexo, quer dizer é difícil, tem que haver controle, não podemos pôr uma loja e não controlá-la. Os camaradas dos Armazéns do Povo abriram já muitas lojas na

nossa terra, mas é preciso dar-lhes tempo, para controlarem bem todas as lojas que já têm, para que as lojas que têm andem bem. Depois, abrirão novas lojas, caso contrário perdem o controle de toda essa grande actividade que têm que, podemos dizer, depois da agricultura é a actividade mais importante da nossa economia.

Claro que temos tido bastantes dificuldades com a importação de coisas. As reservas que nós tínhamos em Portugal, estão todas bloqueadas, congeladas lá. Nós temos dificuldades muito grandes nas importações, tanto para os Armazéns do Povo como para o comércio privado. Nós apreciamos grandemente aqueles comerciantes que entendem estas dificuldades e estão a sofrer juntamente connosco, junto com o nosso povo. Nós temos a esperança que brevemente vamos resolver este problema. Vamos resolvê-lo com a resolução do contencioso que temos com Portugal ou então arranjamemos novas soluções, para garantirmos o abastecimento da nossa terra.

Neste abastecimento, o comércio privado tem o seu lugar justo, de acordo com a nossa opção de um comércio privado juntamente com os nossos Armazéns do Povo, que é o comércio do Estado.

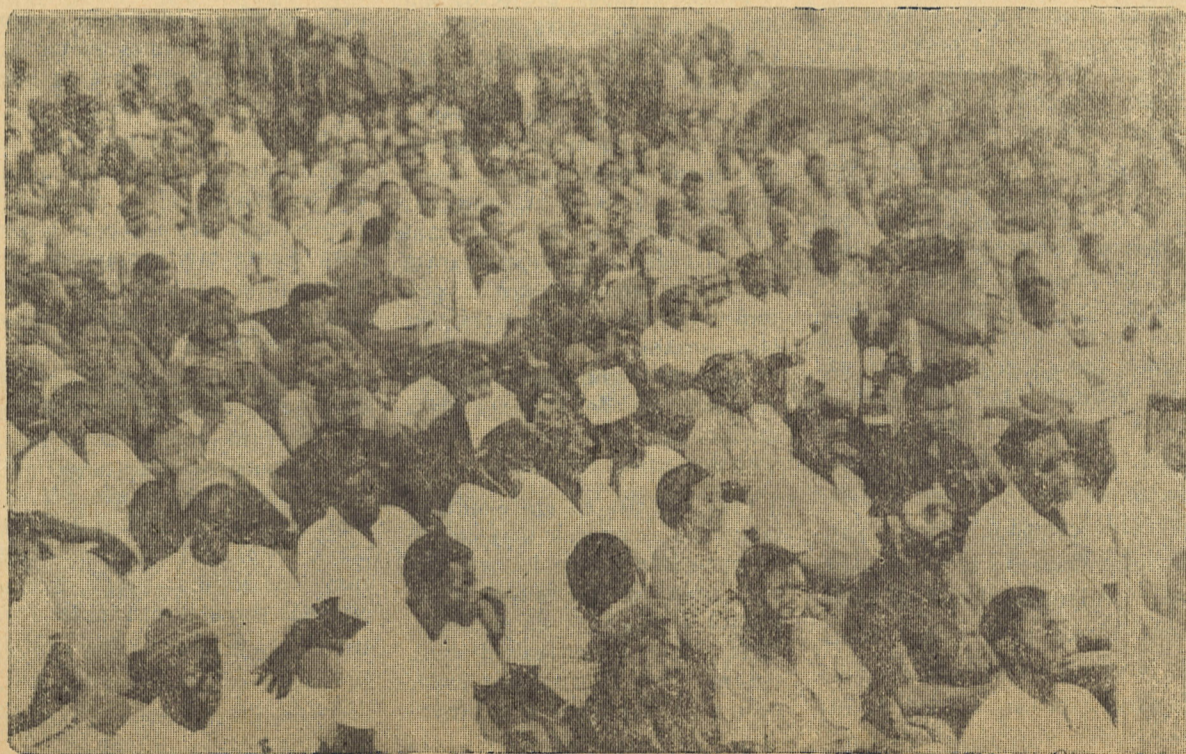
Mas, é claro, nós temos que registar o procedimento daqueles comerciantes que não querem ter nenhuma dificuldade, que assim que as coisas começaram a complicar-se um bocadinho,

começaram a despedir pessoas. «Ah, isto está a dar prejuízo?» Despedem logo gente, fecham a loja, porque não podem deixar de ganhar todo o dinheiro, não podem perder um bocadinho. Eles ganharam muito dinheiro. Alguns, chegaram na nossa terra só com umas calças e uma camisa, mas que agora são ricos... Não podem nem esperar um bocadinho? Que as coisas se compõem? Começam já a despedir pessoas, porque não querem ter nem um pequenino prejuízo! Têm o seu dinheiro bem guardado, lá na sua terra, onde têm boas casas e boas coisas! Não podem dar nem uma pequena contribuição ao seu comércio, até que a nossa terra possa arrancar novamente? Nós registamos isso, camaradas. Eu repito o que tinha dito por ocasião da introdução do peso, a nossa moeda nacional: nós pedimos a essas pessoas para se irem embora, para fecharem as lojas e seguirem o seu caminho. Nós não queremos gente dessa na nossa terra!

Nós não queremos essa gente que não tem respeito por nós, que não tem respeito por aqueles que trabalham só para si, sem nada, sem nenhum direito, sem nenhuma regalia, pessoas que trabalharam anos, anos e anos e ganhavam um conto ou 900 pesos, sem férias, sem descanso, nem nada, sem nenhum direito. Se ganham um bocadinho mais, é porque nós fizemos a nossa luta de libertação nacional e, depois do 25 de Abril, foi-lhes aumentado o vencimento. Foi uma compensaçãozinha, mas são pessoas que não têm nada, que trabalharam como escravos dos que hoje estão cheios de dinheiro e que, só porque há algumas dificuldades pequenas, os põem fora, despedem-nos porque «não os podem aguentar!» Não podem aguentar, nem um bocadinho! Mas nós não queremos essa gente na nossa terra, digo mais uma vez: antes de nós correrem com eles, que arrumem as suas bagagens e vão-se embora.

Eu queria fazer aqui uma referência aos camaradas do Comércio, sobre este problema complexo de abastecimento ao País, que é uma coisa difícil. Quando nós vemos um barco chegar, trazendo arroz, sabão, açúcar, óleo ou batatas, cebolas, é uma coisa difícil, porque aqui no País não há muita gente com experiência nesse domínio, para garantir o abastecimento da nossa terra. A cabeça da nossa terra, antes estava em Lisboa! Lá é que estava a cabeça, não aqui... Compravam as coisas e mandavam... Todas as casas e as pessoas que compravam os produtos para a nossa terra, lá em Lisboa é que estavam. E os camaradas chegaram a Bissau e assumiram a responsabilidade de garantir todo o abastecimento do país!

● Por absoluta falta de espaço, publicaremos a segunda parte da intervenção do Presidente Luiz Cabral, no próximo número.



Lisboa; explosão na Embaixada de Cuba - 2 mortos e vários feridos

LISBOA (AFP) — Uma explosão produziu-se na passada quinta-feira ao meio da tarde na embaixada de Cuba em Lisboa. Duas pessoas foram mortas e três outras pelo menos foram gravemente feridas. Receia-se que o número dos feridos seja elevado porque uma dúzia de ambulâncias estiveram no local.

Segundo as primeiras constatações, tratar-se-ia de um atentado. Uma bomba colocada numa mala explodiu diante da porta da embaixada. Os danos materiais são muito importantes. Todos os vidros foram estilhaçados e algumas viaturas foram danificadas na rua.

O embaixador de Cuba, em Lisboa, Astray Rodriguez, encontra-se ileso.

2 anos após o golpe militar de 25 de Abril

Eleições Legislativas em Portugal

- 6 milhões e 500 mil eleitores
- 13 partidos concorrentes

LISBOA (AFP) — Cerca de seis milhões e quinhentos mil portugueses votarão amanhã para elegerem os seus 263 deputados à Assembleia da República.

Esta consulta realizar-se-á rigorosamente um ano após as eleições para a Assembleia Constituinte e exactamente dois anos depois do golpe de estado de 25 de Abril que pôs termo a quase meio-século de regime totalitário em Portugal.

O número dos eleitores inscritos (6 544 591) e de lugares a preencher é ligeiramente superior ao do ano passado; 6 176,59 pessoas fizeram-se recensear nas listas eleitorais para designar 250 deputados.

Treze partidos políticos apresentaram candidatos nestas eleições contra doze em 1975. Três formações que não tinham sido autorizadas a fazer campanha no ano passado; o Partido da Democracia Cristã (P.D.C.-direita), o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M.R.P.P.) e Aliança Operária Camponesa (A.O.C.), am-

bas maoístas, podem agora procurar o sufrágio dos eleitores.

Uma nova formação da extrema-esquerda, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (P.R.T.), trotskysta, apresentou candidatos pela primeira vez.

Em troca, o Movimento Democrático Português (M.D.P.), próximo do Partido Comunista, que tinha participado cinco vezes na coligação governamental desde o golpe militar de 25 de Abril e tinha sido a única formação da oposição a poder apresentar candidatos durante o antigo regime retira-se da competição. O M.D.P., que tinha obtido cinco deputados na Assembleia Constituinte em 1975, não quer ser mais partido político, mas um «movimento trabalhando para a unidade das forças da esquerda».

Dois outros grupos da extrema-esquerda, a Frente Eleitoral Comunista (F.E.C.) e o Partido da Unidade Popular (P.U.P.), presentes no ano passado, renunciaram igualmente a apresentar candidatos. O Partido Comunista Português Marxista-Leninista (PCP-ML) reco-

nhecido por Pequim, que tinha feito acto de candidatura retirou-se durante a campanha eleitoral e convida os seus partidários a votarem pela A.O.C. contra o «Social-Fascismo».

OTELO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA — PROPÕE O M.E.S.

Dirigentes do movimento da Esquerda Socialista anunciaram publicamente, e pela primeira vez, a intenção do seu partido apoiar a candidatura à presidência da República do major Otel Saraiva de Carvalho.

Augusto Mateus, director do jornal «Poder Popular» órgão do MES, revelou que o seu partido tem mantido contactos com outras forças da esquerda revolucionária e com entidades militares no sentido de tornar possível essa candidatura. Para o MES o major «é a verdadeira candidatura da esquerda e a única alternativa para unir os trabalhadores».

Nova Delhi: recolher obrigatório

NOVA DELHI (AFP) — Foi instaurado um recolher obrigatório na velha cidade de Delhi, desde segunda-feira última, devido aos violentos incidentes que se desenrolaram nas ruas da cidade, e durante os quais foram mortas cinco pessoas e feridas 12, anuncia um comunicado oficial publicado na quinta-feira.

O comunicado informa também a presença de 30 feridos, entre os polícias, atingidos pelos tiros de pedra. Segundo o comunicado oficial, os incidentes foram desencadeados pelo ataque de 3000 manifestantes contra os polícias e funcionários que protestaram contra a decisão tomada pelo organismo de Desenvolvimento de Delhi, de destruir as construções ilegais.

Reunião da OPEP em Genebra

Debates sobre o preço do petróleo e a nacionalização da "Aramco"

GENEVA (AFP) — A reunião extraordinária da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), preparada há várias semanas no maior segredo, iniciou-se na quinta-feira de manhã no hotel «A Reserva», situado no Lago Lemano, a alguns quilómetros de Genebra. Mas desta conferência preparada no maior segredo, não foi revelada oficialmente nenhuma ordem do dia.

Segundo o ministro venezuelano do Petróleo, Valentín Hernández Acosta um dos únicos ministros que se pôde avistar não obstante as draconianas medidas de segurança, os 13 ministros falarão, em Genebra, de todos os assuntos pendentes. É verdade que numerosos problemas ficaram em suspenso desde a última reunião da OPEP, em Viena, em Setembro último interrompida dramaticamente pelo sequestro de ministros.

Calcula-se que os delegados poderão resolver definitivamente o problema das «matérias-primas» que se juntam ao preço do petró-

leo e que permitem aos países produtores tornarem mais competitivo o preço do petróleo bruto, jogando sobre os seus montantes. Os ministros poderiam igualmente decidir do princípio de um aumento dos preços em bruto, que seria aprovado na sua próxima conferência ordinária no fim do mês de Maio, em Bali.

PROVÁVEL TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA O.P.E.P.

Dois outros assuntos, que saíam um pouco do ordinário, poderiam estar na ordem do dia desta conferência extraordinária: a transferência da sede da OPEP e o recente acordo da nacionalização da «Aramco». No que diz respeito ao primeiro assunto, parece certo que uma maioria de membros da organização, traumatizada pelo atentado cometido por «Carlos», deseja que o secretariado-geral da OPEP deixe Viena, para regressar a Genebra, onde a organização estava instalada desde 1960, ano da sua fundação.

Samora Machel

A AGRESSIVIDADE DO IMPERIALISMO EM ÁFRICA ATESTA A SUA PRÓPRIA INCAPACIDADE

MAPUTO (TASS) — Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, declarou que as linhas essenciais da situação internacional na hora actual, são o reforço dos países da comunidade socialista, aliados naturais dos países em via de desenvolvimento, assim como a intensificação da luta de classes e dos povos oprimidos, pela sua libertação.

Falando na terça-feira durante um banquete dado em honra de Kenneth Kaunda, Presidente da República da Zâmbia, que se encontra em visita oficial a Moçambique, Samora Machel sublinhou que a agressividade crescente do

imperialismo em África, sobretudo na Zâmbia e na Namíbia, atesta a incapacidade da reacção de ter sob o seu domínio, os povos destes países.

O Presidente da República de Moçambique sublinhou a necessidade da unidade de acção entre a Zâmbia, Moçambique e Tanzânia.

Na sua resposta, Kenneth Kaunda declarou que os países africanos prosseguem a luta contra o colonialismo e o racismo visando obter a libertação do Zimbábue, o fim da ocupação da Namíbia e a eliminação do «apartheid» na RSA.

Kenneth Kaunda apelou para o reforço da unidade dos países independentes do sul do continente africano, de Dar-Es-Salam a Maputo até Luanda, das costas do Oceano Índico até ao Atlântico.

A CONFERÊNCIA AFRO-ÁRABE CONCEDE EMPRÉSTIMO A MOÇAMBIQUE

DAKAR (AFP) — William Eteki M'Boumoua, Secretário-Geral da OUA, anunciou na quinta-feira, em Dakar, que a Conferência ministerial Árabe-Africana tinha decidido conceder a Moçambique um empréstimo de urgência, no valor de 6 milhões de dólares.

Este empréstimo — precisou durante uma conferência de imprensa — deve permitir a este país «afrontar os graves problemas que resultam da sua decisão corajosa de aplicar integralmente as sanções impostas pela ONU contra a Rodésia».

Pelo seu lado Mahmoud Riad, Secretário-Geral da Liga Árabe, que participava nesta conferência de imprensa, salientou que este empréstimo era «praticamente um donativo» com condições extremamente favoráveis. Por fim, Eteki declarou que a Conferência tinha tomado, também, a decisão de encarregar os secretários-gerais das duas organizações regionais de es-

Timor

O Conselho de Segurança condena a Indonésia

NAÇÕES UNIDAS, (NOVA YORK), — (AFP) — O Conselho de Segurança exigiu à Indonésia «que retirasse imediatamente todas as suas forças do território de Timor-Leste», e pediu ao Secretário-Geral da ONU, para prolongar a missão de consultas, do seu representante para Timor, com as partes interessadas.

Uma resolução a este respeito apresentada pela Tanzânia foi adoptada por 12 votos com a abstenção dos Estados Unidos e Japão, e a não-participação do Benin.

A resolução reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, e pede a todos os estados para respeitarem a integridade territorial do país, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação.

PORTUGAL: O NÚMERO DE RETORNADOS DEVE ATINGIR UM MILHÃO

LISBOA (AFP) — O número de repatriados das antigas colónias portuguesas de África ultrapassou já os 800 mil e deverá atingir o milhão daqui até o mês de Junho próximo, indicou Carlos Ferro Gomes, sub-secretário de Estado de Habitação, numa exposição que fez na passada quarta-feira durante uma reunião internacional organizada pela OCDE e consagrada ao estudo de um plano de ajuda a Portugal, no domínio da habitação. Carlos Ferro Gomes lançou um verdadeiro grito de alarme, sublinhando que o êxodo dos portugueses de África tinha ultrapassado, em importância as previsões mais pessimistas. Sublinhou, particularmente, as graves consequências deste afluxo de refugiados, nos problemas já difíceis que se põem a Portugal, nomeadamente no domínio de empregos (meio milhão de desempregados), da escolarização e da previdência social. Carlos Ferro indicou que as necessidades imediatas eram mais de 10 mil alojamentos na província e de 6 mil em Lisboa. Indicou também que a igreja evangélica norueguesa, a igreja evangélica dos Estados Unidos e da Holanda, tinham já oferecido várias centenas de casas pré-fabricadas.

NÍGER: EXECUTADOS OS AUTORES DO GOLPE FALHADO

NIAMEY (AFP) — Foram executados na quarta-feira de manhã quatro militares e três civis, que se encontravam entre os nove condenados à morte pelo tribunal militar instituído a seguir à tentativa de golpe de estado falhado, a 15 de Março último, soube-se oficialmente na capital nigerina.

Assembleia Nacional Popular

ESTÁ A DECORRER A 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

Deputados do povo expuseram à Assembleia problemas de várias regiões do País

(Continuação da 1.ª página)

Príncipe, camarada Miguel Trovoada, o Comissário Principal, camarada Francisco Mendes, o chefe da delegação da Assembleia Nacional de Cabo Verde, camarada José Luís Fernandes (Djedjé), e os membros da Mesa da Assembleia, camaradas Paulo Correia, Cármen Pereira e Pascoal Alves,

A vasta sala da Base Aérea, encontrava-se completamente cheia: deputados vindos de todas as regiões do país; membros da Direcção do Partido e do Governo; altos funcionários do Estado, incluindo os presidentes dos Comités Regionais; embaixadores da nossa terra vindos especialmente para assistir aos trabalhos da Assembleia; representantes do corpo diplomático; trabalhadores, estudantes, cooperantes estrangeiros. Já depois da cerimónia começar, surgiu na sala uma delegação da FRETILIN, que visita o nosso País, a qual foi calorosamente saudada.

Após o Hino Nacional, o Presidente da Assembleia subiu à tribuna dos oradores, pedindo um minuto de silêncio em memória dos deputados ausentes para sempre e todos os heróis e mártires da luta de libertação nacional. Pronunciou em seguida um breve discurso em que saudou os presentes, fez um balanço da actividade da pri-

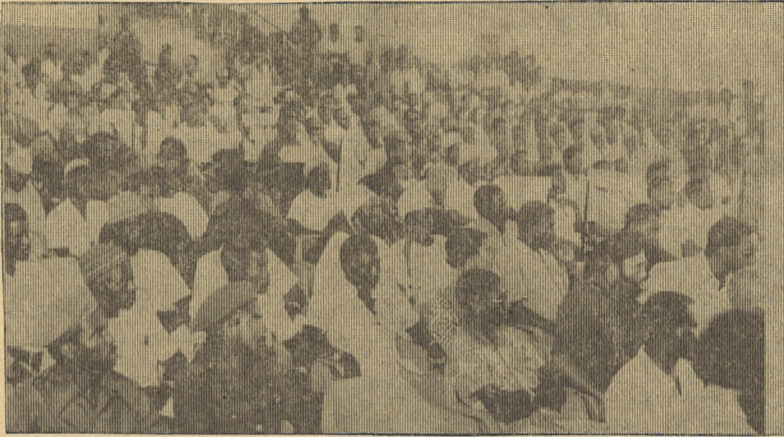
meira legislatura e declarou aberta a segunda sessão ordinária. Seguidamente, o camarada Nino Vieira deu a palavra ao Comissário Principal, camarada Francisco Mendes, que apresentou o Primeiro-Ministro saotomense, camarada Miguel Trovoada, e o convidou a dirigir-se à Assembleia.

O dirigente do MLSTP manifestou a sua alegria por participar naquele acto solene, tendo reafirmado a amizade que une os povos da Guiné-Bissau e de S. Tomé e Príncipe e prestado uma calorosa homenagem ao PAIGC «que continua a ser o guia e o exemplo nesta fase da luta, para os povos das ex-colónias portuguesas».

Depois, falou o chefe da delegação da Assembleia Nacional Popular da República irmandade de Cabo Verde, José Luís Fernandes (Djedjé), que leu uma mensagem de fraternidade e de unidade, tendo realçado a importante tarefa da actual sessão da nossa Assembleia, que deverá escolher os deputados que, juntamente com os camaradas de Cabo Verde, formarão o Conselho de Unidade encarregado de estudar as mais adequadas vias para concretizar juridicamente «uma unidade forjada na luta».

Finalmente, entusiasticamente aplaudido por deputados e convidados, todos de pé, o camarada Presidente Luiz Cabral dirigiu-se à tribuna dos oradores, de onde pronunciou de improviso um discurso em que analisou profundamente toda a acção governativa do último ano, explicando os problemas e as dificuldades que enfrentamos, traçando as directrizes para a actividade dirigente futura.

«O que nós fizemos, ninguém mais fará no futuro, porque construímos a nossa história com as nossas próprias mãos», diria Luiz Cabral na sua intervenção, que foi transmitida directamente para todo o País, pela Radio-difusão Nacional. Da planificação económica e das finanças às nossas Forças Armadas, da agricultura e do comércio à saúde e educação, passando pelas obras públicas, administração interna, informação e política externa, o camarada Luiz Cabral debruçou-se pormenorizadamente sobre os diversos sectores de actividade do nosso Governo, utilizando uma linguagem extremamente simples e clara e sendo frequentemente interrompido por aplausos, particularmente ca-



lorosos no final da sua intervenção.

REPRESENTANTES DA FRETILIN NA ASSEMBLEIA NACIONAL

Após a sessão solene de abertura, a Assembleia Nacional Popular retomou os seus trabalhos ontem, sexta-feira, à tarde. Na mesa da presidência, além dos camaradas Luiz Cabral, Nino Vieira, Francisco Mendes, Paulo Correia, Cármen Pereira e Pascoal Alves, encontrava-se o camarada Abílio Duarte, membro do C.E.L. do Partido, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e Presidente da Assembleia Nacional Popular do país irmão, chegado a Bissau na manhã de ontem, e ainda o chefe de uma delegação da Fretilin actualmente em Bissau, Mari Alkatiri, Comissário Político Nacional e ministro de Estado para os Assuntos Políticos da República Democrática de Timor-Leste.

Abrindo a sessão de trabalhos, o camarada Nino Vieira apresentou a delegação da Fretilin e convidou Mari Alkatiri a dirigir-se à Assembleia.

Na sua breve intervenção, o dirigente da Fretilin expôs a actual situação político-militar em Timor-Leste, onde depois da proclamação da independência, houve uma invasão de tropas estrangeiras. Referindo-se à sua presença entre nós, declarou que não vem em busca de apoio, «porque esse apoio já nos foi dado desde os primeiros tempos da nossa luta. Viemos, sim, para reforçar os laços de amizade e cooperação e estabelecer os contactos necessários para o estabelecimento diplomático entre os nossos dois países».

Após o discurso do representante da Fretilin, o camarada Nino Vieira passou a palavra ao Presidente Luiz Cabral que, involuntariamente, não se havia referido, no seu brilhante improviso da véspera, na sessão de abertura, à actividade do comis-

sariado de Justiça, pelo que reparou a sua «injustiça» aos camaradas da Justiça... (Esta parte da intervenção do Presidente Luiz Cabral, «Nô Pintcha» publica-a integrada no discurso da sessão inaugural, noutra local).

Em seguida, procedeu-se à inscrição dos deputados que pretendiam intervir, dando-se assim início aos debates, francos e animados.

Atentamente escutados e frequentemente interrompidos com aplausos, falaram diversos camaradas deputados: El Hadje Fodé Mai Turé, do Oio; Malam Djassi e Queba Camará, ambos de Buba; Agostinho Pereira, de Bolama-Bijagós; Bacar Sané e Bacar Cassamá, de Bafatá; Queba Sané, do Oio, e Malam Madje, de Catió.

Os representantes do nosso povo, na sua linguagem característica, por vezes expressando-se na própria língua nacional e utilizando um intérprete, manifestaram a sua alegria por participarem, uma vez mais, nos trabalhos da Assembleia, e expressaram o seu apoio ao discurso da véspera, do Presidente Luiz Cabral. Referiram-se a problemas concretos das suas regiões, fazendo apelos à unidade e à fidelidade à linha do nosso glorioso P.A.I.G.C.

O melhoramento das estradas, a abertura de armazéns do Povo, de postos sanitários com pessoal à altura, o incremento dos transportes (autocarros, barcos e jangadas), a adopção de medidas severas contra ladrões, o combate ao alcoolismo e a abolição das autorizações para deslocações no interior do país, foram pedidos pelos deputados que usaram da palavra.

Já ao princípio da noite, o Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos. Depois do jantar, os deputados assistiram a um espectáculo cultural no Cine-UDIB. Hoje de manhã, visitam as granjas agrícolas de Pessubé e Prábis, prosseguindo à tarde, a partir das 15 horas e 30 minutos, os trabalhos da Assembleia.

ULTIMAS NOTÍCIAS

O 2.º CONGRESSO SINDICAL AFRICANA ABRIU EM TRIPOLI

TRIPOLI (APS) — Abriu em Tripoli o segundo congresso da organização da Unidade Sindical Africana (OATUU). Excepto a Tunísia, as delegações sindicais de todos os países africanos participaram nos trabalhos deste congresso. Assistem também a ele observadores dos movimentos de libertação africanos. Assistem, igualmente, observadores dos sindicatos chilenos em luta contra o regime fascista de Pinochet, assim como representantes da Confederação dos Sindicatos da Jugoslávia.

U.R.S.S.: GRETCKO RECEBE CHIPANDE

MOSCOVO (TASS) — O marechal Gretcko, ministro da Defesa da URSS., recebeu Alberto Joaquim Chipande, membro do Conselho Executivo e do Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique e ministro da Defesa Nacional da República Popular de Moçambique, que chefiava a delegação moçambicana chegada a Moscovo. Durante as conversações, que se desenrolaram num clima de cordialidade e de amizade, as duas partes discutiram problemas internacionais de interesse comum, assim como as relações soviético-moçambicanas.

GREVE EM ITALIA

ROMA (TASS) — Os operários da indústria de cimento italiana desencadearam greve nacional de oito horas. Exigem a assinatura de uma convenção colectiva, que prevê um aumento de salários e uma melhoria das condições de trabalho. Teve lugar em Barcelona (província de Mes-sine) uma manifestação de uma greve nacional de 8 horas. greve geral desencadeada a pedido dos sindicatos. Operários, empregados, camponeses e jovens das cidades e aldeias vizinhas tomaram parte. A população de Sicília exigiu a adopção de medidas urgentes para sanear a situação na agricultura, para desenvolver a indústria desta região e garantir o emprego.

JAPÃO: JORNADA DE APOIO A UMA FRENTE PROGRESSISTA

TÓQUIO (TASS) — Foi marcada em todas as cidades do Japão uma jornada nacional de acção dos trabalhadores japoneses, para apoiar a formação de uma frente unida das forças progressistas ao país. Realizou-se no parque «Hibya» da capital nipónica, um grande «meeting».

Campeonato Nacional Hoje á noite: AJUDA - TÊNIS

Em jogo a contar para a décima-nona jornada do Campeonato Nacional de Futebol, defrontam-se esta noite, pelas 21 horas, no Estádio «Lino Correia», em Bissau, as equipas do Ajuda e do Ténis Clube.

Amanhã, domingo, pelas 17 horas, realizam-se nos diversos campos do País os seguintes jogos:

Benfica-Bolama
Balantas-Cantchungo
Gabú-Sporting
Bafatá-Bissora
Farim-Bula
Tombali-UDIB

O encontro Balantas-Benfica de Bissau, em atraso, respeitante à segunda jornada da segunda volta, realiza-se na próxima quarta-feira às 17 horas, no Estádio «Lino Correia».